



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III- GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

CRISTIANE DO NASCIMENTO MARTINS

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE
MULHERES ESTUDANTES DA EJA NA CIDADE DE LAGOA DE
DENTRO-PB**

**GUARABIRA-PB
2021**

CRISTIANE DO NASCIMENTO MARTINS

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE MULHERES
ESTUDANTES DA EJA NA CIDADE DE LAGOA DE DENTRO-PB**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III- Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Josilene Rodrigues da Silva

GUARABIRA-PB
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M379i Martins, Cristiane do Nascimento.
Impactos do programa Bolsa família na vida das mulheres
estudantes da EJA na cidade de Lagoa de Dentro-PB
[manuscrito] / Cristiane do Nascimento Martins. - 2021.
58 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Programa Bolsa Família. 2. Mulher. 3. Políticas. 4. EJA.
I. Título

21. ed. CDD 374

CRISTIANE DO NASCIMENTO MARTINS

**IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE MULHERES
ESTUDANTES DA EJA NA CIDADE DE LAGOA DE DENTRO-PB**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III- Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Aprovada em: 25/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

Josilene Rodrigues da Silva

Prof^a. Ma. Josilene Rodrigues (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aiene Fernandes Rebouças

Prof^a. Ma. Aiene Fernandes Rebouças
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Verônica Pessoa da Silva.

Prof^a. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe Luzia e ao meu pai José que me geraram em seus corações quando tinha dois anos e que sempre me apoiaram. Aos meus irmãos, Cristiano Martins, José Fernando Martins e Marizete Nascimento Martins. Em especial, ao meu querido irmão José Sérgio Martins que não está mais entre nós, mas, em vida, sempre acreditou e me incentivou a seguir lutando pelos meus ideais. Além deles, ao meu sobrinho Fernandinho e à minha mãe biológica, Maria de Lourdes, pelo exemplo de resistência e superação. A Veralúcia de Lima por todo apoio e incentivo. A Josilene Rodrigues, professora, orientadora e amiga com quem aprendi muito. Aos meus queridos amigos Audineide Berlamino, Ana Lúcia, Barbara Moreira, Rosenilde Nunes, Robson Ribeiro, Willame Dantas. Por fim, a todos(as) os(as) colegas da turma 2015.1 que estiveram junto(a) comigo nessa jornada acadêmica, a Silva Marcey, Lusitânia, Mayra Tomaz e Miriam que sempre me inspiraram. DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado força e sabedoria para continuar buscando realizar meus objetivos.

A minha família, especialmente minha mãe e meu pai.

A Veralúcia de Lima e a Ligia Isídio pelo apoio;

Aos meus irmãos e irmã pelo carinho e paciência durante toda esta caminhada;

Aos meus amigos pela compreensão e apoio, entre eles, Robson Ribeiro, Rosineide Rafael,

A todas as mulheres estudantes da EJA que colaboraram com esta pesquisa.

A todos(as) os(as) profissionais que fazem a escola Alfredo Chaves. Em especial, Thales Pessoa, Fabiana Pedro, Rosenilde, Marcilene, Maria José e Aldaberon Vieira.

Aos(as) docentes do ensino Fundamental e Médio que me incentivaram a continuar estudando e aos professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus III da UFPB que em muito contribuíram para a minha formação acadêmica. De modo especial, a Josilene Rodrigues, Sheila Melo e Estevam Dedalus por serem inspiração e exemplos de pessoas e de educadores (as).

A todos(as) que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir. Seja o que você quiser, porque você possui apenas uma vida e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos. Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E esperança suficiente para fazê-la feliz.

(Clarice Lispector)

IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE MULHERES ESTUDANTES DA EJA NA CIDADE DE LAGOA DE DENTRO-PB

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa que tem por objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família na vida das estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Chaves localizada em Lagoa de Dentro-PB. Para tal, busca-se identificar se este programa tem contribuído para o retorno dessas/es à sala de aula e se está promovendo autonomia e equidade de gênero. Nesse ínterim, apresenta-se algumas reflexões em relação às motivações que resultaram na intensificação das políticas de transferência de renda na América Latina no final dos anos 1990. No Brasil, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, apresentando seus objetivos e funcionalidades, como também problematiza-se a titularidade, preferencialmente atribuída à mulher, refletindo se essa diretriz contribui para a promoção da autonomia e da equidade de gênero ou se, ao contrário, reforça práticas patriarcalistas. Além disso, aborda-se, ainda, o retorno dessas à escola no ensino da Educação de jovens e Adultos segundo o qual se apresenta um breve histórico sobre essa modalidade de ensino. Metodologicamente, utiliza-se um questionário objetivo como instrumento para a coleta de dados. Diante das informações coletadas, conclui-se que o PBF promove impactos significativos na vida dessas mulheres estudantes da EJA, bem como proporciona-lhes autonomia financeira e contribui para o retorno destas a sala de aula. Diante disso, destaca-se os estudos de vários autores que discutem a temática, tais como: A Lei no 10.836, criação do Bolsa Família (BRASIL, 2004), Boiadjian (2009), Rego e Pinzani (2013 e 2014) (2007), Santos (2009), Feitosa (2019), assim como revistas, sites e artigos que discorrem acerca da temática.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Mulher. Políticas. EJA.

LISTA DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro demonstrativo 1 - Perfil das mulheres -----	34
Quadro demonstrativo 2 - Escolaridade das mulheres colaboradoras -----	36
Quadro demonstrativo 3 - Situação econômica das mulheres colaboradoras -----	38
Quadro demonstrativo 4 - Como as mulheres colaboradoras utilizam o dinheiro do PBF-----	40
Quadro demonstrativo 5 - contribuições do PBF segundo as mulheres Colaboradoras-----	42

SIGLAS E ABREVIACOES

BF	Bolsa Família
CEAA	Campanha de Educao de Adolescentes e Adultos
CNE	Conselho Nacional de Educao
EJA	Educao de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educao
OMS	Organizao Mundial da Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
UBS	Unidades Básica de Saúde
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	14
2.1. Política de transferência de renda no Brasil – Programa Bolsa Família.....	17
2.2. Educação de mulheres no Brasil.....	20
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
4. ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E A TITULARIDADE DO BOLSA FAMÍLIA.....	26
5. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	30
5.1. Características socioeconômicas e culturais do município onde residem as colaboradoras.....	30
5.2. Aspectos éticos e de segurança.....	30
5.3. Caracterização da instituição na qual as colaboradoras estudam.....	31
5.4. Instrumento de pesquisa.....	32
6. ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	34
6.1. Perfil e escolaridade das mulheres colaboradoras da pesquisa.....	34
6.2. Impactos socioeconômicos das mulheres colaboradoras da pesquisa.....	38
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A – Carta de apresentação.....	52
APÊNDICE B – TCLE.....	53
APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa.....	55

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que apresenta, historicamente, profundas desigualdades sociais, principalmente no que se refere às mulheres, sendo elas as mais afetadas. Algumas políticas públicas, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003 por meio da Medida Provisória nº 132 e convertida na Lei nº 10.386/2004 pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, atribui a titularidade do benefício às mulheres. O Programa em questão tem como objetivo apoiar as famílias pobres e em extremas condições de pobreza, buscando o acesso a direitos como alimentação, saúde e educação como forma de superação dos problemas socioeconômicos, além de contribuir para a redução das desigualdades financeiras que existem entre homens e mulheres.

A esse respeito, o IBGE (2019), na mesma direção de estudos realizados por grupos e agências internacionais, nacionais e regionais, apresenta estatísticas diversas quanto aos indicadores das diferenças entre as mulheres e homens no rendimento domiciliar por renda per capita. Esses dados evidenciam que, por exemplo, as mulheres inseridas no mercado de trabalho continuam recebendo uma remuneração menor que os homens e, ainda, precisam conciliar a dupla jornada entre trabalho remunerado e não remunerado. Em relação à participação em atividades produtivas e acesso a recursos, no que se refere à taxa de participação na força de trabalho em 2019, os homens ocupavam 73,7% e as mulheres 54,5%. Quanto à questão de rendimento, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens. (IBGE, 2019).

Alguns autores como Carloto (2012), Rego e Piazzini (2014) e Nascimento (2016), mesmo reconhecendo a importância do PBF na vida das mulheres, fazem críticas em relação à nomeação da mulher como titular do Programa Bolsa Família (PBF), visto que, para eles, essa titularidade tem efeito de uma sobrecarga para as mulheres, pois acaba recaindo sobre elas a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, como também reforça a manutenção de um modelo patriarcal de sociedade que naturaliza ser da mulher o papel de responsável pelo bem estar familiar. Assim, o PBF pode reforçar a vida financeira (ou ser a única fonte de renda) das mulheres, possibilitando a elas o mínimo para sua subsistência e de sua família, como a compra de alimentação, remédios, vestimentas, entre outros produtos.

Em 2021, quase 18 (dezoito) anos completos da criação do PBF, os dados confirmam que o Programa tem sido importante na erradicação da pobreza. Segundo estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) referente aos anos de 2001 a 2017, a cobertura do PBF entre os mais pobres subiu de 20% para 60%. Ainda segundo esse Instituto,

desde a criação do PBF houve uma redução considerável na taxa no número de pessoas pobres e em condição de extrema pobreza, sendo de 15% em relação ao número de pobres e 25% ao de pessoas em situação extrema pobreza. Em 2017, as transferências do PBF retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e 3,2 milhões da pobreza, um avanço considerável.

Atualmente, de acordo com o Portal do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em março deste ano 14.524,150 famílias foram beneficiadas com o PBF, contabilizando 12 milhões de mulheres titulares, muitas das quais são chefes de família.

O interesse por esta temática surgiu no contexto das experiências como gestora escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental II desde o ano de 2014. A instituição atende o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das séries iniciais (correspondente do 1º ao 5º ano) e das séries finais (correspondente do 6º ao 9º ano). Nesse contexto, foi possível observar que a maioria das mulheres matriculadas na EJA havia abandonado a escola ainda muito cedo. Durante esses anos, percebeu-se um aumento no número de matrículas de mulheres na faixa etária dos 17 aos 60 anos, sendo algumas delas mães de filhos matriculados na escola no ensino regular que têm como renda principal o recurso do PBF.

Essa experiência fez questionar se o PBF exercia impactos significativos na vida dessas alunas e provocou algumas inquietações: Quais as influências do PBF na vida das mulheres estudantes da EJA? Quais as contribuições deste Programa para o retorno dessas mulheres à sala de aula? Esse Programa estaria contribuindo para a promoção da autonomia e equidade de gênero? Essas são algumas das questões que se pretende responder neste texto.

A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculadas nas séries iniciais e finais de uma escola Municipal localizada na cidade de Lagoa de Dentro-PB. Este objetivo desdobra-se em quatro específicos, sendo estes: a) refletir a finalidade do PBF; b) identificar se o PBF influencia na vida estudantil das discentes; c) conhecer o perfil socioeconômico das estudantes da EJA; d) refletir sobre os efeitos do benefício Bolsa Família nas relações de gênero e na construção da autonomia feminina. Além disso, procura identificar se o PBF pode ser um instrumento facilitador que auxilie as mulheres na superação de obstáculos que as mantiveram afastadas da escola na infância e na adolescência e se, de fato, há uma correlação do retorno destas à escola no ensino da EJA pela influência do Programa.

Esta pesquisa efetivou-se a partir de uma abordagem qualitativa - comum nos estudos localizados no campo das ciências humanas, especialmente na educação, por proporcionar uma maior aproximação da realidade do campo de pesquisa. Compreende-se que as pesquisas que fazem uso de uma abordagem qualitativa podem descrever o objeto de estudo de modo mais aproximado da realidade, além de oportunizar uma maior compreensão do contexto de um problema (RICHARDSON, 1989). Quanto à técnica de pesquisa, foi utilizado um questionário que contemplou questões objetivas sobre educação, Bolsa Família, renda familiar, entre outros temas. A escolha desse tipo de instrumento deveu-se ao tempo pandêmico causado pela Covid-19 e, também, porque este possibilita uma visão descritiva da realidade na qual o objeto de estudo está imerso.

A proposta inicial desta pesquisa era que os dados fossem construídos a partir de um grupo focal, mas as condições atuais não permitiram a aproximação das pessoas, considerando os protocolos de segurança recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Por isso, a opção em trabalhar com questionários preenchidos gradualmente à medida que elas iam até a escola para receber suas atividades impressas e as dos (as) filhos (as).

Dessa maneira, o trabalho foi organizado da seguinte forma: na parte introdutória apresenta-se os objetivos e justificativas da nossa investigação, assim como os procedimentos metodológicos utilizados. Na segunda parte da construção deste trabalho, far-se-á algumas reflexões em relação às motivações que resultaram na intensificação das políticas de transferência de renda na América Latina no final de 1990 que, segundo Carlotto (2012), ocorreu devido ao agravamento da pobreza que havia se intensificado neste período. Essa situação exigiu um posicionamento por parte das autoridades públicas e privadas, resultando em medidas mais emergentes para o enfrentamento deste problema (PASE; MELO; 2017). Ainda no contexto dessa discussão, apresenta-se alguns pontos de vista em relação ao conceito pobreza discutidos por alguns autores, entre eles: Rego e Pinzani (2014) Santos (2009), Marques (1996). Para esses, a pobreza não pode ser vista só pela perspectiva da renda.

Em seguida, realiza-se uma breve discussão sobre o problema da desigualdade social no Brasil e como ele motivou a criação de políticas de transferência de renda. Nisso, destaca-se o PBF, criado em 2003, a partir da junção de outros programas de transferência de renda existentes no Brasil. Na oportunidade apresenta-se os tipos de benefícios, suas condicionalidades e titularidade que é atribuída, preferencialmente, às mulheres.

Na terceira parte, discute-se a educação da Mulher no Brasil, o processo de lutas destas para conseguir ter o direito de estudar e os esforços necessários para conciliar os estudos com a jornada de trabalho doméstico. Continuando as discussões, se procede à feitura

de um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e como ocorreu todo processo até chegar a se tornar uma modalidade de ensino.

Na quarta parte realiza-se uma breve discussão sobre gênero e titularidade do PBF, apresentando pontos de vistas diferentes sobre o papel do PBF na vida das mulheres titulares desse benefício, se este está reforçando papéis patriarcalistas ou se está promovendo autonomia e equidade de gênero.

Na quinta parte, problematiza-se as respostas das mulheres estudantes da EJA, apresentando o perfil, idade, estado civil, etnia, se tem filhos, onde residem, escolaridade, situação econômica e como essas mulheres estão utilizando o dinheiro do Bolsa Família (BF). No último ponto dessas análises, apresentar-se-á quais as contribuições do programa para o retorno destas a escola, se ele está promovendo autonomia e se tem melhorado a qualidade de vida destas.

Por fim, a última parte é dedicada às conclusões, apresentando e refletindo sobre os resultados da pesquisa e de que forma o PBF impacta a vida das mulheres estudantes da EJA.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Sem dúvidas, o Programa Bolsa Família é a maior política de transferência de renda brasileira. Desde a sua criação em 2003, vem alcançando cada vez mais pessoas em situação de pobreza e em extrema pobreza e garantindo a alimentação a milhares de famílias no país. Segundo o Ministério da Cidadania, no ano de 2020, o PBF ultrapassou mais 14 milhões de beneficiários, atingindo mais de cinco mil municípios brasileiros. Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), uma pesquisa realizada em 2019 revelou que mais de 90% das crianças entre 6 e 15 anos beneficiadas pelo PBF estão efetivamente matriculadas na escola. Na área da saúde, serviços como nutrição, vacinação, pré-natal e pós-parto alcançaram cerca de 75% das famílias atendidas pelo programa. (BRASIL, 2019; 2020).

Os programas de renda condicionadas começam a se consolidar na América Latina a partir da década de 1990, precisamente no final do Século XXI, como sendo uma estratégia de combate à miséria (CARLOTO, 2012), vista como a “solução” para o grande problema da desigualdade social, que coloca os pobres numa situação de condenação eterna a condição de inserção, e, desta forma, a reprodução da pobreza era vista como continua e estruturada (BOIADJIAN, 2009).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, países da América Latina, entre eles Brasil, Argentina, Uruguai, México e Chile, passaram por uma reestruturação política, social e econômica, tendo vista que esses países haviam superado os regimes militar e estavam enfrentando outra crise, a econômica, com altos índices de inflação e desemprego, agravando a desigualdade social. (BOIADJIAN, 2009). Mesmo sendo diferentes modelos de financiamento dessas políticas de transferência de renda, os países latino-americanos tinham um objetivo em comum: resolver ou amenizar o problema da pobreza.

A respeito do conceito de pobreza, traz-se algumas reflexões: a primeira é o fato de relacionar a pobreza como sendo algo “natural”. Essa naturalização da pobreza leva o indivíduo a aceitar sua condição social sem fazer questionamentos. Assim, veem as “doações”, realizadas pelo Estado Neoliberal, como políticas de transferência de renda e favor, o que é perigoso, visto que pode gerar um conformismo por parte dos (as) beneficiários (as) e um protagonismo do Estado (ACCORSSI, SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

É preciso compreender que existem outros elementos que contribuem para a pobreza de um país. Rego e Pinzani (2014) fazem uma relação entre as escolhas das classes dominantes (os detentores do capital) defensores da privatização do estado, suas instituições e

as consequências disso para a população de uma nação. Ou seja, resultado de uma política que só visa o lucro para um pequeno grupo, alijando a maioria da população da participação na distribuição da riqueza. A segunda questão também levantada pelos autores Rego e Pinzani (2014, p. 62) é o fato de se pensar a questão da pobreza só a partir do critério da renda:

O problema de avaliar a pobreza só por meio de critério da renda é que este último não diz tudo sobre o nível de bem estar dos indivíduos. Por exemplo, no caso de um Estado de bem-estar altamente desenvolvido, que oferece quase tudo gratuitamente aos cidadãos (educação, assistência de saúde, seguro desemprego, auxílio para moradia etc.), uma baixa renda não implicaria necessariamente uma vida sem confortos, na qual as necessidades básicas permanecem não satisfeitas. Por outro lado, se o Estado não garante os serviços mencionados, até uma renda relativamente elevada pode não ser suficiente para proteger os indivíduos de riscos normalmente ligados à pobreza.

Dessa forma, o problema da pobreza vai além da questão da renda e está ligada a outros elementos como, por exemplo, “bem estar”, qualidade de vida e não só o dinheiro, necessariamente. A ausência desses elementos são determinantes nesse processo que leva o indivíduo à situação de pobreza.

Para Santos (2009), pobreza existe em todos os lugares de forma mais ou menos acentuada, mas existe e seu conceito é mutável. Sua definição depende também de cada sociedade e, principalmente, dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Assim, “um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais”. (SANTOS, 2009). A questão da pobreza vai além do fator econômico, é uma questão política e social.

Nessa linha de argumentos, Marques (1996) aponta que o problema da pobreza perpassa o campo da “inexistência ou da baixa renda”, estando atrelada, também, a rupturas de laços familiares e sociais com atividades, o que tornaria a questão da pobreza ainda mais desafiadora. A superação deste problema exige um conjunto de políticas públicas, entre elas a de transferência de renda. No entanto, só a política de transferência de renda não é suficiente para resolver o problema da pobreza, conforme aponta Marques (1996, p. 184):

Certamente o problema em pauta não consiste simplesmente em garantir que uma renda mínima seja transferida a todos que não puderem, mediante seus meios, promover sua subsistência. Isto porque a falta de renda é apenas um lado da questão que deve ser resolvida. O verdadeiro desafio é promover a reintegração social daqueles que hoje estão sendo expulsos da sociedade através das mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

Assim, é necessário que, além da renda, o estado ofereça condições às pessoas menos favorecidas para que estas se (re) integrem à sociedade, podendo gozar plenamente de direitos como saúde e educação de qualidade, lazer, moradia, transporte e acesso ao mercado de trabalho de forma igualitária, bem como participar da produção da riqueza material de seu país. Do contrário, a população pobre continuará fazendo parte do ciclo da pobreza.

Na terceira e última abordagem sobre essa problemática, instiga-se a pensar a pobreza como culpa. Sim, a ideia de culpa a partir da visão de que os indivíduos pobres seriam responsáveis pela situação de miséria que se encontram. Mesmo não concordando com essa perspectiva, ela permeia o imaginário social de algumas pessoas, sobretudo daquelas que defendem a privatização dos serviços públicos. Outro ponto também correlacionado a essa visão é pensar que existem oportunidades “igualitárias” de trabalho para todos(as), como aponta Siqueira (2014). Essa visão equivocada de que há oportunidades iguais para todos responsabiliza os pobres por sua condição, o que reforça a lógica de subalternidade em que indivíduos devem se submeter a qualquer situação laboral em troca de qualquer quantia.

Essa visão isenta o estado de suas responsabilidades, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade única pelo seu fracasso e por sua situação de miséria. No entanto, a desigualdade social é mais resultado da ausência do estado do que da “incompetência” das pessoas, pois cabe ao Estado oferecer condições para que todos tenham acesso a oportunidades iguais. A ausência ou isenção do Estado tem estreitas relações com a política neoliberal que passou a dominar toda a América Latina no final do Século XX e aumentou ainda mais o problema da desigualdade social. Tudo isso elevou, consideravelmente, o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, tornando necessária a criação de estratégias por parte do estado que pudessem combater esse problema. (BOIADJIAN, 2009).

Ainda na visão de Boiadjian (2009), os países Latinos Americanos, com apoio de órgãos internacionais como Banco Mundial e Banco Interamericano, assumem um papel fundamental no processo de busca da superação da pobreza. Esses organismos, juntos, entenderam a necessidade de pensar estratégias para o enfrentamento desse problema estrutural com a finalidade de amenizá-lo. Dessa forma, Pase e Melo (2017) observam que as ações de combate à fome e à pobreza começam a integrar a agenda das autoridades se tornando motivo de debates políticos, inclusive em campanhas eleitorais. Nesse contexto, a intervenção do estado nas causas econômicas e sociais sofreram algumas influências externas. Nessa linha de raciocínio, Pase e Melo (2017, p. 318) apontam que:

após as grandes guerras mundiais, duas concepções distintas de Estado polarizaram praticamente todo o planeta. De um lado, o comunismo, formulado por Lênin e Stálin, que influenciou de forma determinante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), defendia o dever do Estado de descentralizar todo o planejamento e a produção econômica, bem como a necessidade de distribuição da riqueza de forma igual para todos os cidadãos, independentemente de sua contribuição. De outro lado, o Welfare State, formulado por Keynes, influenciou de forma determinante a Europa e os Estados Unidos, defendendo uma concepção segundo a qual o Estado é o ator principal para impulsionar e gerir o progresso econômico e, do lado social, o responsável por garantir o mínimo necessário para a sobrevivência de todo e qualquer indivíduo, independentemente da sua contribuição para a construção da riqueza nacional.

Nesse sentido, os programas de transferência de renda passam a fazer parte das propostas de governos como alternativa para solucionar o problema da pobreza em seus países. Segundo Lavina (2012), na América Latina, Brasil e México largam na frente em relação à política de transferência de renda. No Brasil, é criado em 2003 o Programa Bolsa Família (tal como se conhece hoje) contendo em sua proposta três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, o qual será discutido a seguir.

2.1 Política de transferência de renda no Brasil – Programa Bolsa família

É inegável que o Brasil apresenta grandes desafios nas áreas socioeconômicas com uma política de distribuição de renda ineficiente que tem provocado um cenário de desigualdade por décadas e coloca milhares de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Para Rego e Pinzani (2014, p.163), o problema da desigualdade social no Brasil está associado a suas origens baseadas na escravidão e legitimada por um catolicismo autoritário.

Em primeiro lugar, a escravidão, instituição plurissecular que nos legou práticas sociais, políticas e econômicas, assim como atitudes morais em relação ao sofrimento dos excluídos e dominados, configurando uma sociedade carente de laços de solidariedade cívica e moral. Em segundo lugar, um catolicismo autoritário, que por séculos legitimou a desigualdade (inclusive a própria escravidão) e que, somente por um breve período e não na sua totalidade, se abriu para uma ação mais decidida de combate às causas da pobreza, e não somente de alívio das carências.

Essa herança histórica, cultural, política, social e econômica teria provocado a falta de solidariedade entre as pessoas, a falta de empatia com o sofrimento do(a) outro(a) e, sobretudo, a má divisão das riquezas do país. Assim como fizeram as autoridades civis, militares e religiosas da época da escravidão que submeteram milhares de pessoas a uma situação de barbárie, segue-se em uma sociedade que legitima a desigualdade social. Quem

nunca ouviu a expressões como: “pobre tem em todo lugar, faz parte” ou “é pobre porque tem preguiça de trabalhar”. Discursos como esses contribuem para a naturalização da pobreza.

Assim como em outros países latino-americanos, o Brasil criou suas políticas de transferência de renda. Em outubro de 2003 no então governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), previsto na Lei Federal Nº 10.836 de 09 de janeiro 2004, regulamentado pelo decreto nº 5. 209 de 17 de dezembro de 2004 e alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

Segundo Bichir (2020), esse programa surgiu com a agregação de quatro programas já existentes como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão alimentação e Auxílio Gás criados na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994; 2002). Essa reorganização de programas de transferência de renda tornou-se necessária (tais como a criação de um Cadastro Único¹ - CadÚnico) para as estratégias federativas de gestão a fim de possibilitar um acompanhamento à condicionalidade e garantir a oferta e acesso aos serviços. Essas ações contribuíram para tornar o programa bem sucedido, com ampla cobertura e com relevantes impactos na vida das (os) beneficiárias (CAMPELO, 2014).

O Programa Bolsa Família trabalha com quatro tipos de benefício, conforme aponta Gomes (2011, p. 70):

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios: (a) o benefício básico pago para famílias que não possuam crianças; (b) o benefício variável para as famílias com crianças; (c) o benefício variável vinculado ao adolescente; e (d) o benefício variável de caráter extraordinário, que é o único que tem seu valor calculado caso-a-caso.

Os valores pagos dependem do perfil dos (as) beneficiários (as), especificamente de como cada um (a) se encaixa nessa distribuição de benefícios. Assim como nos demais países da América Latina, no Brasil, a criação do programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), tem como objetivo reduzir e interromper o ciclo de pobreza. A esse respeito Kerstenetzky (2009, p.55) afirma que:

Em sua criação, esse programa explicitou dois objetivos: reduzir a pobreza e interromper seu ciclo intergeracional. Enquanto o primeiro objetivo seria atendido pelas transferências, o segundo seria alcançado por meio das condicionalidades de educação e saúde: frequência regular das crianças à escola e participação em programas de orientação nutricional e de assistência preventiva à saúde, especialmente de crianças pequenas e mulheres grávidas.

¹Tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza por meio de dados fornecidos pela população.

Portanto, o PBF objetiva erradicar a pobreza e tem como público-alvo os(as) marginalizados (as) e os (as) invisíveis socialmente. Outro ponto a ser destacado em torno do programa de transferência de renda diz respeito ao condicionante no campo da educação, uma vez que a permanência das crianças e dos adolescentes na escola é um requisito para ter direito a receber o benefício, ou seja, é necessário que as crianças e adolescentes até os 17 anos estejam estudando com frequência regular. Craveiro e Ximenes (2013, p. 25) afirmam que:

ao longo das décadas, as famílias em situação de pobreza têm apresentado maiores dificuldades para que suas crianças, seus adolescentes e seus jovens tenham acesso à escola e nela permaneçam até concluir a educação básica. Para romper o ciclo, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental. A condicionalidade de educação do PBF exige frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Isso envolve coleta, processamento e acompanhamento bimestral; ações articuladas entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Dessa forma, a garantia desse benefício depende do cumprimento dessas condicionalidades por parte das famílias beneficiárias. Mas o PBF não fica apenas no campo da educação: no campo da saúde é oferecido o acompanhamento das mulheres grávidas nos centros de saúde básica e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) como forma de oferecer assistência às beneficiárias deste programa, sendo estas mulheres pobres que exercem atividades trabalhistas informais e escolaridade incompleta. Muitas dessas chefiam suas famílias sozinhas e têm o PBF como única renda.

Nesse cenário tomado pela desigualdade socioeconômica e cultural, as mulheres são as mais afetadas, pois são taxadas como frágeis com o objetivo de justificar e ocultar a cultura patriarcalista que oprime muitas mulheres por séculos, sendo obrigadas a viverem sobre a submissão masculina (SAFFIOTE, 2015; PASSOS, 2017). A opressão feminina passa pelo aspecto econômico e a intervenção do estado através de políticas públicas para as mulheres é fundamental para minimizar as desigualdades gênero.

A vulnerabilidade social em que muitas mulheres se encontram interfere em todos os aspectos de suas vidas e a educação escolar passa a ser uma alternativa para a minimização das desigualdades em que muitas vivem. Mas, nem tudo é tão simples assim. Existem outros fatores além dos aspectos econômicos que fazem com que tantas mulheres deixem de estudar, tais como: a necessidade de sobrevivência, casamento, filhos(as) e a falta de perspectiva em relação à escola. A Educação de Jovens e Adultos é a porta de entrada para aquelas (es) que conseguem voltar a estudar.

É importante apontar que as desigualdades no tocante à educação (e outras também) não existem apenas em relação às mulheres, os homens também passam por tais barreiras que os impedem de estudar, sendo que, para muitas mulheres, continuar estudando após o casamento é praticamente impensável. Basta observar que, historicamente, conseguir o direito à educação escolar não foi uma tarefa fácil para mulheres (SILVA, 2020).

2.2 Educação de Mulheres no Brasil

Em relação à educação das mulheres, historicamente nós fomos vistas como as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos, o cuidado dos(as) filhos(as), do marido, dos(as) idosos(as) e, assim, distanciadas da vida pública. Até início do Século XIX, a educação que as mulheres recebiam tinha a finalidade de formá-las para as prendas domésticas (cozinhar bem, lavar e passar roupas, cuidar bem de crianças, saber “agradar” o esposo). Administrar o lar era pré-requisito e dominar essas “habilidades” representava a “mulher-dona de casa ideal”. Como apontam os autores, a ideia é preparar a mulher para casar. (PALACIOS, REIS e GONÇALVES, 2017).

Ainda segundo Palacios, Reis e Gonçalves (2017), as mudanças ocorridas na sociedade, como o crescimento da urbanização e a necessidade financeira, levaram as mulheres a lutarem por liberdade, igualdade, por direito como voto, estudar e trabalhar fora do espaço doméstico. A organização das mulheres em movimentos feministas, especialmente a partir da década de 1960, foi importante para promover algumas mudanças na promoção de conquistas e garantias de direitos, como aponta Almeida (2000, p. 06):

O movimento feminista, que eclodiu no início do século 20 na América do Norte e Europa e teve repercussões na América Latina, encarregou-se de sepultar definitivamente a visão medieval que via a educação feminina como contaminadora da sua consciência, perigosa para a pureza de seu corpo e da sua alma. Ao aliar-se ao discurso social vigente sobre a educação da mulher, em vez de nociva, ser um inegável benefício para a sociedade burguesa e principalmente para a vida em família, o movimento feminista, liderado por mulheres da elite intelectual e econômica, detentoras de poderes no espaço privado, o que indiretamente lhes dava poder no espaço público.

As mulheres envolvidas no movimento viram na educação a possibilidade de romper com as práticas de dominação e opressão as quais eram submetidas, mas o movimento encontrou dificuldades porque a educação feminina era pensada e organizada pelos homens e para homens, ou seja, aqueles que detinham o poder econômico e político eram os mesmos que elaboravam as leis educacionais. Almeida (2000, p.06) assevera que:

Primeiramente, idealizariam a organização e o funcionamento dos liceus femininos, dos colégios, dos internatos e da escola normal, discutiriam a permissão ou a proibição da coeducação dos sexos em nome do que era conveniente no momento histórico e político; influenciariam na organização dos currículos e dos programas, atendendo a mesma ideologia domesticadora, enfim, ditariam as regras e os rumos da educação escolarizada feminina.

Sendo assim, a educação das mulheres seguia os ideais de uma educação doméstica normatizada pelos homens que visava estabelecer regras de bons comportamentos “femininos” para atendê-los. Essas regras educacionais agiam como dispositivo de controle dos corpos feminino (FOUCULT, 2000), salientando que apenas as mulheres brancas e da elite tinham acesso à educação.

O período pós-guerra trouxe mudanças que foram acentuadas com a aceleração da urbanização e industrialização, desenvolvimento no meio de comunicação, cinema e rádio, provocando mudança no comportamento e na forma de pensar das pessoas. Nesse período (pós-guerra) a mulher se torna a opção de mão de obra fabril, tendo em vista que muitos homens haviam perdido suas vidas na guerra, então as mulheres passam a conciliar suas “obrigações” domésticas à exaustiva jornada de trabalho, dificultando o acesso à escola (ALMEIDA, 2000).

No Brasil, segundo Almeida (2000), o acesso à educação superior para as mulheres veio a se consolidar só na década de 1970. Importante saber que, apesar de ter o direito de estudar, as mulheres não puderam escolher entre trabalhar fora ou cuidar das atividades do lar. Pelo contrário, tiveram que conciliar, ou seja, ampliar, triplicar sua jornada de trabalho, sobrecarregando ainda mais suas vidas. As atividades domésticas são atribuídas às mulheres desde a infância (PALACIOS, REIS, GONÇALVES, 2017) que são “mocinhas”, e, portanto, precisam aprender as tarefas do lar.

Essa dupla ou tripla jornada de trabalho atrelada a outras situações contribuíram significativamente para que muitas mulheres não continuassem seus estudos. Hoje, as mulheres a buscam na EJA uma forma de retornar a escola e poder concluir seus estudos.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica que visa o desenvolvimento integral do indivíduo e o seu exercício para a cidadania, sendo direito de todos e responsabilidade do Estado e da família e tem como finalidade assegurar o ensino de forma gratuita aos jovens e adultos. As idades mínimas para conclusão do ensino fundamental e médio são, respectivamente, 15 e 18 anos via exames supletivos (que antes eram de 18 e 21 anos), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996). É importante destacar que não existe idade certa para aprender. De acordo com a VI CONFITEIA², o processo da Educação de Jovens e Adultos acontece ao longo da vida, com diversos atores e em diversos espaços da sociedade, (Brasil, 2009). Ou seja, a aprendizagem é um processo contínuo.

A LDB não definiu idade mínima para ingressar na EJA. A definição da idade ocorreu por meio do Parecer nº 11/2000 que fixou em 15 a 17 anos completos, respectivamente, as idades mínimas para ingresso na modalidade, nas etapas do ensino fundamental e médio (Brasil, 2000).

Mas até chegar a esse ponto, a educação de Jovens e Adultos (que anteriormente tinha como enfoque a alfabetização de adultos) percorreu um caminho espinhoso que vai da negligência governamental a preconceitos para com seu público alvo, principalmente por estes adultos(as) serem trabalhadores(as), negros(as), em sua maioria mulheres, desempregados(as), oprimidos(as) e excluídos(as). Arroyo (2006) aponta que essa visão estereotipada que atribui a esses(as) o título de fracassados(as) sem êxito escolar a partir de uma perspectiva marginal, resultou e resulta ainda em desistências constantes.

Importante destacar que o processo que envolve a EJA está associado às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais e, dessa forma, sofre influência direta dos fatores externos. Neste sentido, Paiva, Machado e Ireland (2007, p.15) asseveram que:

para os processos de modernização e globalização da economia impulsionada pelo avanço tecnológico têm implicado na redução do emprego formal em todo o mundo, gerando insatisfações nos níveis individual e social. No caso dos países pobres da América Latina, entre eles o Brasil, a situação é realmente desafiadora, pois à redução do emprego formal somam-se processos de ajuste macroeconômico que induzem à liberação dos mercados em prol dos países mais ricos e à redução dos

²Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea) que conta com a participação de movimentos sociais e especialistas, além de gestores e instituições ligados à educação dessa parcela da população na África, América Latina, Ásia e Europa.

gastos e âmbitos de intervenção do Estado. A implantação desse modelo de ‘Estado mínimo’ vem reduzindo drasticamente os investimentos públicos nas políticas de educação, saúde, previdência e habitação, áreas reconhecidas como fundamentais para compensar as desigualdades sociais decorrentes do perverso ‘livre jogo das forças do mercado’.

Esse modelo de política econômica imposta pelo neoliberalismo ao minimizar as ações do Estado (estado mínimo) reforça a desigualdade, interfere diretamente no processo educacional, precariza seus serviços e impõe a sua lógica mercantil. Nessa perspectiva, a aprendizagem almeja apenas o conhecimento útil ao mercado, valorizando a individualização e a competição. Para Gadotti (2019, p. 70), “a concepção da aprendizagem sustentada pelas políticas neoliberais centra-se na responsabilidade individual. A solidariedade é substituída pela meritocracia”. Ou seja, atribui ao indivíduo toda responsabilidade por seu processo educacional e, dessa forma, também pelo seu fracasso, isentando o estado de suas responsabilidades.

Essa realidade marcada pela desigualdade reflete diretamente nas condições de acesso e permanência na escola. O perfil do público da Educação de Jovens e Adultos é formado por famílias de baixa renda, muitos(as) precisaram deixar os estudos para trabalhar e, assim, contribuir para com a renda familiar. No caso das mulheres, por exemplo, quando conseguem trabalhar fora, ainda têm que conciliar com as atividades domésticas, aumentando sua jornada de trabalho.

O processo de construção e desenvolvimento da EJA percorreu longos caminhos tomados pela desigualdade social. Segundo Feitosa (2019), desde o Brasil colônia até a proclamação da Independência somente a elite tinha a “permissão social” para estudar. A permissão social que contemplava os (as) menos favorecidos (as) só veio no início do século XIX. Mesmo que de forma tímida, a questão da alfabetização passa ser motivo de preocupação na República (1889-1930), mas não era prioridade do Estado (FEITOSA, 2019).

A preocupação com o analfabetismo começa a ganhar destaque de fato no século XX, devido à “ideia” que associava o analfabetismo ao atraso. Em 1915, o governo criou a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, destinada a adultos (as), porém não teve grandes êxitos. Anos depois foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário, o que garantia o repasse de 25% da união à educação supletiva dos adultos. Nesse mesmo período foi criado o Departamento Nacional de Educação.

No entanto, segundo Feitosa (2019), o estado só tomou posição de fato em relação da alfabetização com os movimentos de democratização do país após a ditadura de 1937-1945, aliados a outros elementos que ocorriam no mundo como a recém-criada UNESCO ao final da

Segunda Guerra Mundial (1947). Como aproveitamento dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, a União lança o Plano Nacional e a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), conforme aponta Feitosa (2019, p.44):

Após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a União passou a assumir a Educação de Adultos, tomando-a como sua responsabilidade, liberando recursos que, até então, eram destinados somente ao ensino básico regular. Esse avanço, embora significativo, não representou progressos na dimensão metodológica e curricular. As aulas para adultos continuavam a ser ministradas por professores especializados na educação para crianças e os materiais didáticos, a abordagem e a metodologia eram infantilizados, desconsiderando os saberes e a vivência dos educandos adultos.

Essas mudanças foram significativas, mas não o suficiente, pois a EJA continuava sendo pensada sob o olhar da educação infantil, ou seja, o currículo não contemplava as especificidades de seus estudantes e, principalmente, as vivências destes(as). Esse fato reforçava as desistências e o fracasso escolar que marca a EJA.

No início dos anos de 1960, a situação em relação ao analfabetismo entre adultos(as) estava crítica e isso faz com que o então presidente João Goulart convidasse o educador Paulo Freire para coordenar o Programa Nacional de Educação que teria como desafio eliminar o analfabetismo entre a população adulta, utilizando o sistema Paulo Freire³.

Paulo Freire torna-se então o precursor na luta pela superação dos desafios enfrentados pelos adultos(as), apresentando uma concepção de alfabetização que vai além do domínio do código escrito por apresentar a leitura e escrita por meio da realidade e vivências dos(as) alunos(as). Esse é o primeiro momento para construção desse processo de organização da educação para jovens e adultos(as) (PINI, 2019). Freire via a EJA na perspectiva de uma política como um direito inalienável, principalmente uma metodologia como modalidade específica.

Porém, a Educação de Jovens e Adultos (as) sofre mais uma interrupção no seu desenvolvimento e, infelizmente, devido à Ditadura Militar (1964-1985), não foi possível a efetivação do Sistema Paulo Freire como política pública de EJA, feito que só começou a se concretizar na segunda metade do século XX com a redemocratização do país. Paulo Freire incluiu a palavra “Jovens” na expressão Educação de Adultos(as), transformando em Educação de Jovens e Adultos a antes chamada de alfabetização de Adultos.

³Pode-se considerar, a partir de leituras, que mais que a criação de um método de alfabetização, Freire formulou uma teoria do conhecimento, uma epistemologia, que ultrapassa os limites de sala de aula, o conteudismo e o tecnicismo e valoriza a formação integral do educando considerando seu contexto histórico, social, cultural e econômico. (MACIEL, 2017).

Paulo Freire (2011, p.24) propôs uma educação voltada para as vivências dos (as) alunos (as), respeitando e valorizando os saberes de cada um (a):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes? Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia.

No entanto, o reconhecimento da EJA como direito ocorreu com a Constituição Federal de 1988, tornando-a uma modalidade da educação básica através da Lei nº 9.394/96, artigo 37, seção V, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB trouxeram transformações e avanços, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Mesmo no Século XXI, os problemas que permeiam a Educação de Jovens e Adultos continuam e milhares de brasileiros ainda não foram alfabetizados, os que frequentam a escola enfrentam dificuldades porque em muitas situações o ensino não contempla suas vivências. Nesse contexto da EJA, estão as mulheres, negras em sua maioria, “mães solteiras”, desempregadas, por isso beneficiárias do PBF, as excluídas, marginalizadas, vítimas de todo tipo de preconceito e violência, e, principalmente, “vítimas da desigualdade de gênero que por séculos reforçam todas essas práticas”. (SILVA, 2020, p. 64).

4 ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E A TITULARIDADE DO BOLSA FAMÍLIA

A titularidade do PBF atribuída às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica tem possibilitado a elas o acesso a uma renda fixa, dando-lhes condições de participar da vida econômica como protagonista e, em muitas situações, essa renda é a única da casa. Dessa forma, essas mulheres assumem o sustendo de suas famílias. Muitas não tiveram a oportunidade de trabalhar fora, de ter uma renda fixa, ou seja, o PBF, para algumas dessas mulheres, é, também, a primeira experiência de uma renda regular (ACCORSSI, SCARPARO E GUARESCHI, 2012).

Antes de aprofundar a discussão em relação à titularidade do PBF atribuída à mulher, é necessário compreender as representações de gênero presentes no Programa Bolsa Família (PBF), sendo importante fazer uma reflexão sobre o conceito de gênero, buscando compreender as diferenças e desigualdade social entre “masculino” e “feminino” construída ao longo da história. (NASCIMENTO; 2016). Portanto, o conceito desnaturaliza e desvela o binômio que separa homens e mulheres no qual são forjados papéis sociais distintos, segundo o sexo biológico. Mas o problema não estaria na diferença de sexo, de acordo com as concepções de Nascimento (2016, p. 385-386):

A produção biológica de nossa existência implica características fisiológicas em um conjunto dos dois sexos, o macho e a fêmea. Mas é na produção social, em todas as sociedades, que se definem o conjunto dos dois gêneros “feminino” e masculino”. Vale salientar que não são as diferenças que determinam a desigualdade entre os sexos, mas sim os preceitos construídos do que são características da identidade masculina e do feminino.

Sendo assim, o problema da desigualdade de gênero estaria na forma como a sociedade construiu uma narrativa “criando” características identitárias que “define” o que é “ser” feminino e o “ser” masculino e são exatamente essas “características” que vão construindo as desigualdades entre homens e mulheres, inviabilizando práticas machistas que colocam a mulher em situação inferior aos homens, legitimando todo tipo de violência sofrida pelas mulheres por décadas. (SAFFIOTE, 2015).

Por sua vez, Alecrim e Mota (2017) afirmam que o não (re) conhecimento em relação às desigualdades de gênero tem levado a narrativas distorcidas, a “identidade de gênero está no fato de associá-la à sexualidade”. Esse equívoco tem levado muitas pessoas, grupos políticos e religiosos e alas conservadoras a posicionarem-se contra a discussão de gênero nas escolas, nos lares e, também, nos espaços públicos. Esse equívoco tem reforçado, inclusive,

discursos por parte de religiosos fundamentalistas que, equivocadamente, estão chamando de ideologia de gênero⁴.

Apesar de não constar oficialmente em suas normativas e diretrizes, a tentativa do Programa Bolsa Família de contemplar a questão de gênero é notória ao colocar a mulher como sendo a titular do recebimento desta renda, como consta no seu Artigo 23 do decreto do PBF mencionado acima: “o titular do cartão de recebimento do benefício será, preferencialmente, a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar”. Ou seja, é de preferência que seja a mulher que administre essa renda, o que contribuiu em muito para a emancipação financeira de muitas mulheres brasileiras, visto que a independência financeira é fator emancipatório e decisivo quando alguma mulher passa por situação de violência doméstica. (SILVA, 2020; SAFFIOTE, 2015).

Por outro lado, o fato de as mulheres beneficiárias serem titulares gerou também debates, principalmente, entre alguns grupos de feministas radicais que acusam o Programa de reproduzir práticas patriarcalistas. O fato da mulher estar responsável pelo dinheiro do PBF, na condição de titular, reforça práticas patriarcalistas, recaindo sobre elas a responsabilidade do cumprimento dessas condicionalidades, mesmo que isso não esteja explícito na legislação do PBF. Dessa forma, seria mais uma responsabilidade que as mulheres passaram a ter, a de suprir necessidades básicas da família. Ainda tem o fato de que para muitas mulheres o valor oriundo do BF é motivo de discussões, uma vez que algumas não utilizam o dinheiro para si, mas usa como renda única da família. (NASCIMENTO, 2016). Isto evidencia a condicionalidade (obrigações) como, por exemplo, no acompanhamento do(a) filho(a) na escola, devendo este atender ao mínimo 85% de frequência escolar mensal para as crianças e os adolescentes entre 6 e 15 anos de idade e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos, como também com a vacinação das crianças menores de 7 anos de idade. As mulheres que não atendem a esses requisitos têm os benefícios cortados. (BRASIL, 2004).

Da mesma forma pensa Carloto (2012, p. 129) ao observar que o fato de colocar a mulher na situação de titular do PBF tem um peso que passa por obrigações, culpa e responsabilização:

As condicionalidades quando não cumpridas, penalizam mães e filhos. As primeiras são geralmente responsabilizadas e culpabilizadas, no senso comum, pelo fracasso

⁴O termo ideologia de gênero foi usado por fundamentalistas reacionários na intenção de manter os papéis tradicionais de gênero, bem como desconstruir as lutas feministas e dos movimentos de Direitos Humanos pela equidade de gênero e respeito à diversidade sexual. Uma falácia perigosa que interferiu de modo significativo na construção em torno do Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, nos planos municipais e estaduais de educação. (REIS; EGGERT, 2017).

dos filhos. As crianças que se quer atingir com os programas de combate à pobreza para romper com o ciclo geracional também são penalizadas, à medida que o benefício é cortado.

Assim, além de responsabilizar e penalizar as mulheres pelo não cumprimento dessas condicionalidades, também reforçaria práticas patriarcalistas que atribuem às mulheres a responsabilidade com educação e cuidados dos(as) filhos(as). Por outro lado, Rego e Pinzani (2014) afirmam que, mesmo o valor recebido por essas mulheres sendo insuficiente, o PBF promove certa autonomia entre as mulheres. Um exemplo disso é o fato destas poderem ir ao comércio fazer suas compras, isso impunha “um certo respeito” por parte da sociedade, principalmente entre os(as) comerciantes, como também pode promover certa liberdade, tendo em vista que muitas mulheres são até impedidas de sair de casa por seus companheiros.

Em relação ao conceito de autonomia, entendendo a complexidade que compõe sua conceituação, toma-se como referência a discussão de Rêgo e Piazzini (2014, p. 65) quando apontam que a autonomia possui características ético-moral e pode ocorrer em grau mínimo e em grau maior. Dessa forma, autonomia refere-se ao sujeito autônomo:

capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa (projeto que, contudo, pode ser inspirado em modelos pré-existentes) e de considerar a si e a outros sujeitos como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres (em outras palavras: quando é capaz de ver a si e aos outros como titulares de direitos e possuidores de deveres). Essa definição se refere ao que podemos chamar de grau mínimo de autonomia, já que esta última é uma qualidade que pode ser possuída de forma maior ou menor: a autonomia de um sujeito se torna maior (1) quanto mais constrói seu projeto de vida boa de forma independente dos modelos fornecidos pelo seu ambiente mais próximo (a família, o âmbito social mais restrito, sua cultura etc.) e (2) quanto mais atribui (a si e aos outros) direitos e deveres com base em princípios universais, e não locais ou sociais.

Ou seja, quando o sujeito passa a perceber-se na sociedade como sujeito de direito e de deveres e também enxerga esses elementos no outro estaria alcançando o grau mínimo de autonomia. No caso (1) o sujeito alcançar a autonomia maior através de um projeto de vida individual sem interferência externa. No caso (2) exige um pensamento mais coletivo que todos podem alcançar seus direitos e deveres baseados nos princípios universais. Nessa perspectiva, quanto mais pessoas com direitos, mais autônomas elas se tornam.

Por isso, segundo os autores, é uma autonomia ético-moral porque diz respeito a como o sujeito enxerga o mundo a sua volta e como pensa seu plano de vida.

Entendendo a autonomia como a capacidade de fazer escolhas, Bartholo, Passos e Fontoura (2017, p. 28-29) afirmam que o PBF tem contribuído para a promoção da autonomia das mulheres, uma vez que:

[...] os estudos qualitativos majoritariamente entendem que o PBF traz ganhos de autonomia para as mulheres, e são acessados por dois caminhos. Em primeiro lugar, e principalmente, por meio da renda regular, que faz com que as titulares possam ter outras preocupações que não a sobrevivência no dia de amanhã, diminuam o isolamento social, aumentem sua presença no mundo público e percebam ampliações em suas escolhas. Em segundo lugar, pelas condicionalidades, as quais, paradoxalmente, embora reforcem simbolicamente o papel maternal da mulher, parecem estar contribuindo para que se enxerguem como detentoras de direitos e deveres, como cidadãs que se relacionam com o Estado, independentemente da mediação masculina.

Logo, o PBF está provocando mudanças nas trajetórias dessas mulheres, mesmo não promovendo mudanças diretas na relação de gênero, mas causa algumas rupturas e tem gerado inquietações e provocações em relação à autoridade masculina sobre a vida financeira dela, como também tem ampliado as redes de relações sociais destas mulheres, ou seja, o programa tem promovido mudanças relevantes na vida das mulheres.

Assim, vê-se que as políticas de transferências de renda foram pensadas para superar o problema da pobreza em toda América Latina. No Brasil, o PBF se tornou a política de transferência de renda mais importante com quase duas décadas de duração, alcançando milhares de famílias em todo o país, tendo como um dos destaques a titularidade atribuída preferencialmente às mulheres, tornando-as gerenciadoras desse recurso. Além disso, percebe-se a trajetória da EJA até se tornar uma modalidade de ensino e sua importância para a vida das pessoas que não puderam dá continuidade a seus estudos na idade escolar como é o caso de muitas mulheres, principalmente, as que vivem em vulnerabilidade socioeconômica.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

5.1 Características socioeconômicas e culturais do município onde residem as colaboradoras

A cidade de Lagoa de Dentro está situada na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião de Guarabira, fica a 100 km (de carro) da capital da Paraíba João Pessoa. Possui população estimada em 7.737 (sete mil e setecentos e trinta e sete pessoas (dados de 2020), a maioria reside na zona Urbana e tem como predominância econômica a agricultura familiar. (IBGE, 2020). Nos últimos dez anos vêm se destacando no plantio de abacaxi e na exportação deste para outros estados do Brasil. Quanto à situação econômica da população há um grande número de aposentados e, entre aqueles que trabalham de carteira assinada, a maioria são funcionários públicos, principalmente da prefeitura Municipal. Além disso, um pequeno grupo trabalha no comércio e outra parte da população vive do trabalho informal.

Tem como ponto forte cultural a atração religiosa que acontece todos anos no mês de janeiro com a celebração do padroeiro da cidade, São Sebastião, que atrai milhares de pessoas de diversas cidades da Paraíba e de outros estados como Rio grande do Norte e Pernambuco. É o período que seus conterrâneos regressam de diversas partes do país para celebrar com seus familiares. A cidade também realiza outros eventos anuais, como festa junina com apresentação de vários artistas, o festival de quadrilhas e, também, o evento Raízes do Brejo, que é um evento sediado pelo Fórum de Turismo e Cultura da Paraíba, o qual Lagoa de Dentro faz parte. Devido à pandemia esses eventos estão suspensos desde 2020.

5.2 Aspectos éticos e de segurança

Como enfrenta-se uma pandemia causada pela COVID-19, a pesquisa seguiu as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Considerando que as aulas nesta escola e nas demais do município estão acontecendo de forma remota, desde 2020, a escola atua entregando as atividades semanalmente para os alunos que não têm acesso à internet. Nesse atendimento, a escola vem adotando medidas de segurança como: distanciamento social e o uso de equipamentos de segurança (máscara, toucas, luvas, viseiras e álcool gel). Também foi instalado dispensor de álcool gel (de pedal e de parede) e tapete autolimpante na entrada da escola. Só é permitida a entrada de pessoas com máscara, toda a equipe da escola utiliza os equipamentos de segurança.

Diante dessa realidade, o questionário foi aplicado às estudantes da EJA de forma gradual, durante 10 dias, quando estas se dispunham em pegar suas atividades ou de seus(as)

filhos(as) impressas na escola que são entregue semanalmente. É importante reforçar que, mesmo tendo esse procedimento de entrega das atividades, existe um protocolo de entrega destas que funciona da seguinte forma: o aluno chega à escola para pegar sua apostila da semana, a equipe da escola coloca em cima de uma mesinha que fica no pátio da escola perto da entrada da escola e o(a) discente vai até a mesa e pega. Para a devolução das atividades respondidas há uma sala específica para receber e para cada turma tem uma caixa com nomes da turma, o(a) próprio(a) estudante coloca lá dentro, sendo que a escola só recolhe essas atividades para correção depois de oitos dias.

Na aplicação dos questionários, foram mantidos os mesmos cuidados, foi colocada outra mesa e mais duas cadeiras no pátio, mantendo distância uma da outra e, ao lado da mesa, uma caixa para receber os questionários respondidos. As colaboradoras levaram suas canetas e lápis para evitar a troca de materiais. Depois de respondido o questionário elas colocaram dentro da caixa. As dúvidas foram tiradas respeitando o distanciamento social. Os questionários só foram recolhidos depois de oitos dias. A mesa era higienizada toda vez que uma colaboradora finalizava o questionário. O termo de Livre esclarecido (TCLE) consta no apêndice x.

5.3 Caracterização da instituição na qual as colaboradoras estudam

A escola Alfredo Chaves foi fundada em dezembro de 1979 e iniciou com a educação infantil. No ano 1996 passou a atender só o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, e também a Educação de Jovens e Adultos que funciona nos três turnos, sendo ensino regular (do 6º ao 9º ano) nos turnos manhã e tarde e à noite atende o público da EJA das séries iniciais e finais. A escola tem 06 (seis) salas de aulas, 01 (uma) secretaria que funciona também a diretoria, 01 (uma) sala de professores, 01(uma) cantina, 02 (dois) banheiros, um pátio e atende alunos da zona rural e urbana. O total de discentes matriculados(as) esse ano é de 409 alunos (quatrocentos e nove). A maioria dos(as) alunos(as) são filhos(as) de beneficiárias do PBF.

Na última avaliação do IDEB (2017-2019), a escola ficou abaixo da média nacional, o que fez pensar algumas estratégias com o objetivo de melhorar essa situação, como o projeto de leitura “STOP literário”. Esse projeto consistia em momentos de leitura de todas as turmas três vezes por semana e em oficinas de matemática que contemplam diversos temas, como, por exemplo, educação financeira. Infelizmente, com a pandemia esses projetos foram interrompidos.

Atualmente, a escola tem um corpo docente formado por 23 (vinte e três) professores, a maioria mulheres. Tem também 03 (três) auxiliares de serviços gerais, 03 (três) merendeiras, 03 (três porteiros) 01 (um) agente administrativo, 01 (uma) gestora, 02 (duas) gestoras adjuntas e 01 (uma) supervisora.

Quando surgiu a pandemia causada pela COVID-19, em 2020 a escola precisou criar um plano estratégico que pudesse retomar suas atividades. Assim, foi adotado o ensino remoto para os alunos que têm acesso à internet, passando a estudar pelo celular via WhatsApp. Para os que não têm acesso à internet, passou receber as atividades impressas na escola. A fim de não causar aglomeração, foi feito um calendário de entrega dessas atividades distribuídas de acordo com as séries dos alunos. O expediente na escola está funcionando só durante o dia e em horário reduzido. Pela manhã das 8h às 11h, e à tarde das 14h às 17h, de segunda a sexta.

5.4 Instrumento de pesquisa

Mesmo contendo elementos quantitativos, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Richardson (1989), possibilita uma maior aproximação entre o pesquisador e o informante, proporcionando, assim, uma maior precisão em relação às informações coletadas e uma maior aproximação com a realidade pesquisada.

Segundo Gamboa (2012), o método é prioridade. De acordo com o autor, a ampliação do conhecimento no campo epistemológico é a base sustentadora para o pesquisador tomar suas decisões em relação ao sujeito e ao objeto de pesquisa. Ou seja, o pesquisador deve conhecer os diversos enfoques epistemológicos para saber que objetivos deseja alcançar, como também compreender as limitações que há em torno de sua pesquisa.

Para coletar os dados, foi aplicado um questionário com 30 perguntas objetivas com perguntas fechadas onde as colaboradoras marcavam a alternativa que melhor se aplicava às suas realidades. De acordo com Richardson (1989), o modelo de perguntas fechadas é um instrumento que não deixa cansativo para quem está lendo e facilita a resposta para o entrevistado ou entrevistada que tenha dificuldade de escrever.

O questionário contém 30 (trinta) questões divididas em três conjuntos que abordam: perfil, escolaridade e renda e as questões sobre PBF que perpassam entre os três conjuntos. As questões foram elaboradas levando em consideração a observação dessas mulheres no ambiente escolar, bem como as leituras sobre o PBF: “A hora para a elaboração do

questionário é a revisão da literatura sobre o tema e a própria experiência do pesquisador” (RICHARDSON, 1989, p.197).

Também utiliza-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações e teses referentes ao PBF e sua influência na vida das mulheres e sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Ademais, toma-se como amostragem as alunas das turmas da EJA, das séries iniciais e finais, 06 (seis) questionários foram respondidos pelas alunas das séries iniciais e 13 (treze) pelas alunas das séries finais.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Buscando compreender quais os impactos do PBF na vida das estudantes da EJA, se este contribui para o retorno destas a sala de aula e se está promovendo autonomia, a pesquisa se realizou com as estudantes da EJA das séries iniciais e finais, que estudam na escola Municipal de Ensino Fundamental, Alfredo Chaves-PB. Durante este trabalho as alunas responderam um questionário com 30 (trinta) questões que contempla perfil, escolaridade, situação econômica e Bolsa Família, como veremos no decorrer nesta análises.

6.1 Perfil e escolaridade das mulheres colaboradoras da pesquisa

O perfil das mulheres colaboradoras que está situado no contexto educacional da EJA é diversificado, sendo mulheres numa faixa etária de 17 a 56 anos, a maioria tem menos de 40 anos e são mães. Destas, apenas duas declararam não ter filhos. Por questões éticas, os nomes das mulheres participantes desta pesquisa foram mantidos no anonimato. Por esse motivo, selecionei alguns nomes de mulheres que são representatividades no meio político, econômico e social, tais como: Nísia Floresta (de 24 anos) e Maria Quitéria (de 17 anos), as demais declararam ter mais de um filho, com destaque para dona Mariele (de 56 anos) que declarou ter mais de 07 filhos. Quanto à religião, maioria são católicas. Em relação ao estado civil, há uma divisão: 05 mulheres se declararam casadas e outras 04 se declararam estarem em uma união estável, 09 declararam estarem solteiras e 01 divorciada. Destaca-se agora uma síntese do perfil de cada uma delas.

Quadro demonstrativo 1 - Perfil das mulheres

Nize da Silveira: 22 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou branca, solteira, mãe de dois filhos, católica, reside na zona urbana. Na casa dela residem mais 05 pessoas.
Dandara: 40 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou parda, casada, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 04 pessoas.
Anita Garibaldi: 28 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou parda, casada, mãe de 03 filhos, protestante, reside na zona urbana, moram com ela mais 03 pessoas.
Margarida Alves: 42 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou parda, divorciada, mãe de 02 filhos, católica, reside zona urbana, moram com ela mais 02 pessoas.
Nina Simone: 32 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou branca, solteira, mãe de 03 filhos, católica, reside na zona rural, moram com ela mais 04 pessoas.
Maria da Penha: 48 anos, estudante das séries iniciais da EJA, se declarou parda, união estável, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 02 pessoas.
Dilma Russeff: 30 anos, estudante das séries iniciais da EJA, se declarou parda, casada, mãe de 02 filhos, não tem religião, reside na zona urbana, moram com ela mais 02 pessoas.
Mariele: 56 anos, estudante das séries iniciais da EJA, se declarou parda, união estável, tem mais de 07 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 06 pessoas.
Clarice Lispector: 30 anos, se declarou amarela, união estável, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona

urbana, moram com ela mais 03 pessoas.
Doret: 32 anos, estudante das séries iniciais da EJA, se declarou parda, solteira, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 03 pessoas.
Maria Tomásio: 43 anos, estudante das séries iniciais da EJA, se declarou parda, solteira, mãe de 03 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 03 pessoas.
Benedita da Silva: 37 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou parda, casada, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 02 pessoas.
Violeta Formiga: 43 anos, se declarou amarela, solteira, mãe de 02 filhos, protestante, reside na zona urbana, moram com ela mais 04 pessoas.
Nísia Floresta: 24 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou branca, solteira, não tem filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 02 pessoas.
Elza Soares: 31 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou parda, solteira, mãe de 03 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 04 pessoas.
Madalena Caramuru: 26 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou preta, união estável, mãe de 02 filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 03 pessoas.
Zilda Arns: 20 anos, estudante das séries finais da EJA, não declarou etnia, solteira, mãe de 01 filho, não declarou religião, reside na zona rural, moram com ela mais 04 pessoas.
Chica da Silva: 19 anos, estudante das séries finais da EJA, não declarou etnia, casada, mãe de 01 filho, não declarou religião, reside na zona rural.
Maria Quitéria: 17 anos, estudante das séries finais da EJA, se declarou preta, solteira, não tem filhos, católica, reside na zona urbana, moram com ela mais 04 pessoas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A maioria das mulheres residem na zona urbana, apenas 04 das colaboradoras vivem na zona rural, lembrando que a escola fica na cidade, o que dificulta o acesso em relação às pessoas que vivem na zona rural, mesmo tendo transporte escolar para algumas comunidades à noite, em tempo ditos “normais”, já que a escola está funcionando de forma remota. Devido à pandemia causada pela Covid-19, fica mais difícil o deslocamento dos (as) alunos (as) para a cidade. Em relação à quantidade de pessoas que moram com essas mulheres, observa-se que passa de 03 pessoas, chegando a ter 05 ou mais pessoas como o caso de Nize (22 anos) e 06 pessoas no caso de dona Mariele (56 anos) que tem mais de 7 filhos, ou seja, a maioria ainda mora com ela.

Embora os marcadores raça e etnia não sejam o foco desta pesquisa, não se pode fingir que eles não atravessam a vida de muitas dessas mulheres. Em relação à etnia, percebeu-se que quase metade se declararam ser pardas (09), outras 03 afirmaram serem pretas, 03 brancas, 02 amarelas outras e 02 não declaram.

Diante das declarações, é pertinente trazer à luz algumas reflexões em relação à identidade étnica, tomando como ponto de partida as 09 mulheres que se declararam pardas e as outras 02 que não declararam sua etnia. Essa postura esconde uma série de elementos que pedem reflexão. O primeiro é o fato que possivelmente as declarantes pardas sejam negras, o mesmo ocorre com as que não declararam. Antes de chegar a esse ponto, precisa-se entender a complexidade que envolve a questão identidade racial.

Para Souza (2000), pensar identidade sempre é algo sofrido para o sujeito. Isso se justificaria pela forma como se construiu identidade étnico-racial no Brasil, não pelo fato de ter sido formadas pelos povos indígenas, africanos(as) e europeus, mas a forma com essa relação aconteceu. Uma etnia se sobrepondo sobre a outra, neste caso, a branca sobre as demais, isso se exemplifica nos mais trezentos anos de escravidão, como também no quase extermínio dos povos indígenas.

Para Munanga (1999), esse legado que trata a diferença na perspectiva da inferiorização justificaria a negação da identidade e a tentativa de um branqueamento, por exemplo. Se não é possível, declara-se branco, é mais fácil dizer que é pardo, amarelo. Essa tentativa “tanto biológica quanto cultural e histórica teria entre outras consequências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o “etnocídio” a exemplo da população negra e indígena. Essa sobreposição racial resultou no racismo estruturado que tem provocado todo tipo de violência para com a população negra e com os povos indígenas”, diz Silva (2000).

Neste segundo conjunto de perguntas (quadro 2), o objetivo é saber o que motivou a ausência dessas mulheres na escola, o tempo que ficaram sem estudar e se o PBF contribuiu para esse retorno, ponto que será discutido mais adiante no (quadro 4).

Quadro demonstrativo 2 - Escolaridade das mulheres colaboradoras

Nome	Escolaridade	Quanto tempo sem estudar	Porque parou de estudar	Pensa em continuar os estudos
Nize da Silveira	Séries finais	1 a 5 anos	Porque teve filhos	Sim
Dandara	Séries finais	6 anos	Ajudar nas tarefas de casa	Sim
Anita Garibald	Séries finais	6 a 10 anos	Porque teve filhos	Sim
Margarida Alves	Séries finais	1 a 5 anos	Precisou trabalhar	Sim
Nina Simone	Séries finais	11 a 15 anos	O marido não deixava estudar	Sim
Maria da Penha	Séries iniciais	Não declarou	Porque casou e teve filhos	Sim
Dilma Russeff	Séries iniciais	6 a 10	Porque teve filhos	Sim
Mariele	Séries iniciais	16 a 20	Porque casou	Sim
Clarice Lispector	Séries iniciais	11 a 15	Precisou trabalhar	Sim
Doret	Séries iniciais	16 a 20	Precisou trabalhar	Sim
Maria Tomásio	Séries iniciais	16 a 20	Porque morava longe da escola	Não
Benedita da Silva	Séries finais	16 a 20	Precisou trabalhar	Sim
Violeta Formiga	Séries finais	6 a 10	Porque casou	Sim
Nizia Floresta	Séries finais	1 a 5 anos	Precisou trabalhar	Sim
Elza Soares	Séries finais	11 a 15	Porque teve filhos	Sim

Madalena Caramuru	Séries finais	6 a 10	Precisou trabalhar	Não respondeu
Zilda Arns	Séries finais	1 a 5 anos	Porque teve filhos	Sim
Chica da Silva	Séries finais	1 a 5 anos	Porque casou	Sim
Maria Quitéria	Séries finais	1 a 5 anos	Dificuldade de aprender os conteúdos da escola	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Identificou-se que das 06 alunas das séries iniciais que responderam o questionário, 03 passaram mais de 15 anos sem frequentar a escola. Esses também são os casos de dona Mariele (de 56 anos), dona Doret (32 anos) e dona Maria Tomásio (43 anos). Observou-se também que entre as mulheres das séries finais, a média de tempo fora da escola é mais baixa, ficando na maioria dos casos na casa dos 05 a 06 anos fora da escola, com exceção para os casos de Nina Simone (32 anos) que ficou mais 10 anos fora da escola, e de Benedita da Silva (37 anos) que ficou mais 16 anos sem estudar.

Entre os motivos que levaram as mulheres a interromper seus estudos estão o fato de precisarem trabalhar fora, como o caso de Doret. De acordo com a idade e o tempo fora da escola que ela declarou, é possível concluir que essa interrupção aconteceu aos 16 anos de idade, o mesmo pode ser visto nos casos de Margarida, Mariele, Benedita, Nísia e Madalena, (ambas das séries finais) que deixaram de estudar com um pouco mais de idade que Doret e tiveram que interromper seus estudos para trabalhar. Essa realidade é vivenciada por muitos (as) brasileiros (as), em consequência da desigualdade social em que parte da população tem que escolher entre trabalhar e estudar.

No caso das mulheres, essa realidade é bem mais difícil. Almeida (2000) aponta que a conquista ao direito de estudar e, também, de trabalhar fora, trouxe às mulheres duplas jornadas de trabalho. Ou seja, a mulher podia trabalhar, desde que conciliasse com o trabalho doméstico. Então estudar, trabalhar fora e cuidar dos afazeres domésticos se tornou o dia a dia de muitas mulheres. Essa tripla jornada leva as mulheres à exaustão, por isso, se veem no dilema entre escolher trabalhar fora e estudar. Por uma questão de sobrevivência, muitas mulheres desistem de estudar.

Somando a esses fatores, tem-se também a questão do casamento, declarado por 03 mulheres das (séries finais), como também o fato de serem mães, declarado por 06 mulheres, ou ainda, por uma situação de opressão machista tão enraizada na nossa sociedade, como o caso de Violeta Formiga que parou de estudar porque seu marido não deixava. Infelizmente, essa realidade está longe de ser um caso isolado, a violência de gênero está presente em todos os espaços da sociedade. As mulheres seguem resistindo, Violeta voltou a estudar e como a maioria das mulheres colaboradoras, pretendem continuar os estudos.

6.2 Impactos socioeconômicos das mulheres colaboradoras da pesquisa

Neste terceiro conjunto de perguntas (*quadro 3*), buscou-se compreender a situação econômica das mulheres e identificar como as mulheres utilizam o dinheiro do Bolsa Família. Importante destacar que essa pergunta gerou inquietações e desconfianças por parte das mulheres. Em razão da pandemia causada pela Covid-19, todas as dúvidas foram tiradas por celular, várias mulheres ligaram e mandaram mensagens no WhatsApp querendo saber o “porquê da pergunta”, quem ia ver o questionário e, mesmo estando esclarecido no termo, foi preciso reforçar que as informações seriam mantida em sigilo, que nenhum nome das colaboradoras seriam colocados neste trabalho, que a pergunta tinha como objetivo de saber o que é possível comprar com o valor do BF.

O motivo do medo, relatado por uma das mulheres, é que esta foi orientada por um dos responsáveis pelo cadastro no município que não comprar outros produtos que não fossem alimentação, remédios e material escolar. Principalmente se for eletrodoméstico porque isso poderia resultar em perda do benefício. No entanto, não consta na legislação do PBF que a compra de itens que não seja alimentação resulte na perda do benefício. Aliás, as causas do desligamento do beneficiário do PBF dependem de quatro fatores como: Renda acima da declarada, cadastro desatualizado, informações incorretas ou ausência de saque. Depois de três meses sem sacar, o governo recolhe o valor e corta o benefício.

Provavelmente, essa orientação se justifica pelo fato de que, mesmo não constando na Legislação do PBF o que deve ser comprado, subentende-se que diante da realidade socioeconômica dos (as) beneficiários (as), pessoas pobres e em extrema pobreza, a alimentação é a necessidade maior, e por isso tem como objetivo principal a nutrição dessas famílias. A seguir (*quadro 3*) tem mais informações a respeito da vida financeira das mulheres.

Quadro demonstrativo 3 - Situação econômica das mulheres colaboradoras

Nome	Responsável Pelo sustento da casa	Bolsa família é a única renda	Valor que recebe do BF?	Alguém da Família trabalha? Qual a Situação?	Quantas pessoas dependem do valor	A situação de moradia	Quanto tempo recebe BF
Nize da Silveira	Nize e o companheiro	Não	(R\$ 97,00 a R\$ 200,00)	Sim (autônomo)	1 a 2	Própria	1 a 5 anos
Dandara	Dandara	Não	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Sim (informal)	3 a 4	Própria	Mais de 10 anos
Anita Garibald	Anita Garibald	Sim	(R\$ 301,00 a R\$ 400,00)	Não	3 a 4	Alugada	6 a 10 anos

Margarida Alves	Margarida Alves	Sim	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Não	3 a 4	Própria	6 a 10 anos
Nina Simone	Nina Simone	Sim	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Não	3 a 4	Própria	6 a 10 anos
Maria da Penha	Maria da Penha	Não	(R\$ 97,00 a R\$ 200,00)	Sim (1) (autônomo)	1 a 2	Própria	6 a 10 anos
Dilma Russeff	Dilma Russeff	Não	(R\$ 301,00 a R\$ 400,00)	Sim (1) Não declarou a função	1 a 2	Própria	Mais de 10 anos
Mariele	Mariele	Não	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Sim (1) Carteira assinada	5 a 6	Própria	Mais de 10 anos
Clarice Lispector	Clarice Lispector	Não	(R\$ 301,00 a R\$ 400,00)	Sim (1) Autônomo	Não declarou	Alugada	6 a 10 anos
Doret	Doret	Sim	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Não tem	3 a 4	Própria	Não declarou
Maria Tomásio	Maria Tomásio	Sim	(R\$ 301,00 a R\$ 400,00)	Não tem	3 a 4	Própria	Mais de 10 anos
Benedita da Silva	Benedita e outro	Não	(R\$ 97,00 a R\$ 200,00)	Sim (1) Carteira assinada	Não declarou	Emprestada	6 a 10 anos
Violeta Formiga	Violeta e seu companheiro	Não	(R\$ 301,00 a R\$ 400,00)	Sim (1) Autônomo	3 a 4	Própria	6 a 10 anos
Nísia Floresta	Nízia Floresta	Sim	(R\$ 97,00 a R\$ 200,00)	Não	3 a 4	Própria	1 a 5 anos
Elza Soares	Elza Soares	Sim	(R\$ 401,00 a R\$ 500,00)	Não	3 a 4	Alugada	6 a 10 anos
Madalena Caramuru	Madalena e seu companheiro	Não	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Sim (1) Autônomo	5 a 6	Própria	1 a 5 anos
Zilda Arns	Zilda Arns	Sim	(R\$ 97,00 a R\$ 200,00)	Não	1 a 2	Alugada	1 a 5 anos
Chica da Silva	Chica da Silva	Sim	(R\$ 82,00 a R\$ 96,00)	Não	1 a 2	Emprestada	1 a 5 anos
Maria Quitéria	Maria Quitéria e os pais	Sim	(R\$ 201,00 a R\$ 300,00)	Não	3 a 4	Própria	6 a 10 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Um fato comum entre as mulheres casadas é que todos os seus companheiros são autônomos ou fazem bico, o que chama atenção para o fato delas terem o PBF como única renda fixa da família. É o caso de Maria Quitéria (17 anos) que declarou receber ajuda dos pais, mas disse que o PBF é a única renda da casa.

Os valores recebidos pelas mulheres colaboradoras variam entre 82,00 a 500,00 reais, sendo que a maioria recebe menos ou até 300,00 (de trezentos reais) como pode-se ver no quadro 3. Entre essas, algumas situações merecem destaque, como os casos de Anita Garibaldi (28 anos), estudante do segundo seguimento da EJA que tem mais de 03 filhos e recebe uma quantia acima de R\$300,00, sendo sua renda única. Outra situação que chama atenção é a de Chica da Silva (19 anos), também do segundo seguimento da EJA, mãe de 01 filho, recebe menos de R\$ 100,00 reais, não tem outra renda e mora em casa emprestada por não tem condição de pagar um aluguel com essa renda.

Esses valores são distribuídos de acordo com o perfil de cada família, conforme consta no Decreto nº 9.396 de 30 de maio de 2018 que alterou o Decreto nº 5.209 de 17 de setembro

de 2004 e o Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011 que reajustou os valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do PBF, ficando distribuído da seguinte forma (BRASIL, 2004):

I-O benefício básico pago para famílias que tem renda igual ou inferior ao valor mensal de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), mesmo que não tenha filhos;

II-O benefício variável para as famílias com crianças, no valor mensal de R\$ 41,00 (quarenta e um reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais) por família; distribuídos da seguinte forma: R\$ 4,00 pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes até 15 anos em sua composição; R\$ 41,00 pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São nove parcelas mensais; R\$ 41,00 pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que tenham crianças até seis meses em sua composição. São seis parcelas mensais.

III-O benefício variável vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) por família, que tenham adolescentes de 16 ou 17 anos em sua composição;

IV-O benefício variável de caráter extraordinário, que é o único que tem seu valor calculado caso-a-caso. Pago às famílias que continuam com renda mensal por pessoa inferior a R\$89,00 mesmo após receberem outros tipos de benefícios do programa. O valor é calculado de acordo com a renda e a quantidade de pessoas para que a família ultrapasse o piso de R\$89,00 de renda por pessoa.

Sendo assim, o cálculo dos valores é feito a partir do perfil da família, se tem filhos(as), a quantidade de filhos(as) e a idade deles(as). Se é uma família considerada pobre ou em situação de extrema pobreza, por isso, existe uma variação de valores, conforme consta no quadro 3. Dependendo do perfil familiar, esta pode receber mais de um tipo de benefício, como consta a cima no item IV que expressa a clara tentativa do governo de contemplar todas as famílias que estão em situação de pobreza e em extrema pobreza. Mesmo não sendo um valor alto, é a garantia de alimentação de muitas famílias. A seguir, tem-se o quadro demonstrativo 4 que trata sobre os usos do bolsa família.

Quadro demonstrativo 4 - Como as mulheres colaboradoras utilizam o dinheiro do PBF

Nome	O que você compra com o dinheiro do PBF?
Nize da Silveira	Com alimentação e remédios.
Dandara	Com alimentação, com produtos de higiene e material escolar.
Anita Garibald	Com alimentação, remédios e produtos de higiene.
Margarida Alves	Com alimentação e com remédios.
Nina Simone	Com alimentação, remédios e com produtos de higiene.
Maria da Penha	Com alimentação e com remédios.
Dilma Russeff	Com alimentação, remédios e produtos de higiene.
Mariele	Com alimentação.
Clarice Lispector	Com alimentação e com remédios.
Doret	Com alimentação, remédios e produtos de higiene.
Maria Tomásio	Com alimentação, remédios, vestimentas, produtos de higiene e material escolar.
Benedita da Silva	Com alimentação
Violeta Formiga	Com alimentação, remédios e com maquiagem

Nizia Floresta	Com alimentação e com remédios
Elza Soares	Com alimentação, remédios, vestimentas, produtos de higiene e material escolar
Madalena Caramuru	Com alimentação, remédios, produtos de higiene e material escolar
Zilda Arns	Com alimentação, remédios e material escolar
Chica da Silva	Com alimentação, remédios e material escolar
Maria Quitéria	Com alimentação

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Chama atenção o fato de que poucas mulheres revelaram comprar roupas, maquiagem, por exemplo, o que se explica pelo medo de corte do benefício. Isso aponta para a possibilidade de usos diversos do dinheiro, já que o PBF também está promovendo o acesso a outros serviços e produtos. Ferreira (2012, p. 36) afirma que:

Considera-se que o destaque dado à família nas políticas de transferência de renda, passa pela visão de que as mulheres são as melhores “gestoras” dos recursos, inclusive sob o ponto de vista da confiabilidade no destino dos gastos. Os discursos estatais e societários que enfatizam o papel das mulheres como mães “zelosas” e “boa esposa” produzem significados que reiteram a responsabilização destas para com o fracasso ou o sucesso de suas famílias.

Ou seja, recai sobre as mulheres a responsabilização pelo sustento de sua família, reforçando a ideia de que essas atribuições são específicas e elas.

No quinto e último conjunto de questões, busca-se identificar quais as contribuições do PBF na vida dessas mulheres, se este programa contribuiu para o retorno das mulheres a escola, se proporciona autonomia e se melhorou a qualidade de vida destas. Qual o impacto do PBF na vida dessas mulheres? Quais as contribuições?

Retomando alguns pontos em relação às mulheres colaboradoras desta pesquisa, na qual todas são estudantes da EJA e beneficiárias do PBF, a maioria mães, ficaram vários anos sem estudar (em alguns casos, mais de 15 anos). Entre os motivos que as levaram a desistir de estudar foi porque precisaram trabalhar fora, tiveram filhos, por terem se casado ou por falta de permissão do marido. No entanto, depois de anos essas mulheres retornaram a escola, o que mudou na vida delas? Quais as motivações e condições que as trouxeram de volta a escola? Busca-se, assim, compreender se o PBF contribuiu para o retorno dessas mulheres à sala de aula depois de tanto tempo, conforme dados do quadro demonstrativo 5.

Quadro demonstrativo 5 - contribuições do PBF segundo as mulheres colaboradoras

Nome	O PBF contribuiu	Qual foi a contribuição para o retorno à sala de aula	O PBF proporcionou	O PBF melhorou a
------	------------------	---	--------------------	------------------

	para seu retorno à sala de aula		autonomia?	qualidade de vida
Nize da Silveira	Não	Não teve contribuição	Não	Mais o menos
Dandara	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar.	Sim	Um pouco
Anita Garibald	Não	Não teve contribuição	Sim	Mais o menos
Margarida Alves	Sim	O PBF tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola.	Sim	Bastante
Nina Simone	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar.	Sim	Um pouco
Maria da Penha	Sim	O PBF deu-me condições financeiras para estudar.	Sim	Bastante
Dilma Russeff	Sim	O PBF deu-me condições financeiras para estudar.	Sim	Bastante
Mariele	Sim	O PBF tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola.	Sim	Mas o menos
Clarice Lispector	Sim	O PBF deu-me condições financeiras para estudar.	Não respondeu	Mais o menos
Doret	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar	Não respondeu	Não respondeu
Maria Tomásio	Não	Não teve contribuição	Sim	Bastante
Benedita da Silva	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar.	Sim	Bastante
Violeta Formiga	Não	Não teve contribuição.	Sim	Bastante
Nizia Floresta	Sim	O PBF tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola.	Sim	Um pouco
Elza Soares	Sim	O PBF deu-me condições financeiras para estudar.	Sim	Um pouco
Madalena Caramuru	Sim	O PBF tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola.	Sim	Bastante
Zilda Arns	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar	Não	Um pouco
Chica da Silva	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar	Não respondeu	Não respondeu
Maria Quitéria	Sim	Com o PBF teve mais tempo para estudar	Sim	Mais o menos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como consta no quadro 4, a maioria das mulheres responderam que o PBF contribuiu para o retorno à escola e as contribuições foram várias e em algumas situações similares.

Estando relacionado à questão financeira, Margarida Alves, Mariele, Nísia Floresta e Madalena Caramuru apontaram a mesma contribuição: “*O PBF tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola*”. Dessa forma, a contribuição está relacionada à renda que, nesse caso, é a autonomia, a liberdade de escolha e especialmente de poder voltar a estudar.

Exemplo parecido é o motivo indicado por Maria da Penha (48 anos), Dilma Rousseff (33 anos), Clarice Lispector (30 anos) e Elza Soares (31 anos) que tem muito haver com essa questão, elas marcaram a opção, “*O PBF deu-me condições financeiras para estudar*”, ou seja, o fator financeiro também foi determinante para a volta a sala de aula. A renda assume um papel fundamental. Pode-se dizer que nestes casos analisados o PBF está promovendo uma autonomia econômica. Rêgo e Pinzani (2013, p. 365) em seu texto “**Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa Bolsa família,**” chamam sobre a autonomia mínima, isto é, sujeito sem independência financeira é um sujeito incompleto:

A condição de indigência e de falta de independência econômica se traduz na sensação de que a própria personalidade permanece incompleta, inacabada, por assim dizer. Em nossa opinião, isto vai além de um simples sentimento de frustração e atinge um nível mais profundo: “como posso perceber-me como sujeito ativo, se sou incapaz de assegurar autonomamente minha própria sobrevivência (para não falar da minha família).

Nesse ponto de vista, por meio da autonomia econômica, o indivíduo se sente parte da sociedade que vive. Pense nessas mulheres que, com o bolsa família, exercem o poder de compra, podendo ir a um supermercado escolher produtos de acordo com suas necessidades e de sua família, por exemplo. Essa autonomia econômica eleva a autoestima das mulheres e pode fazer com que elas pensem a vida além do contexto do lar, a escola passa a ser uma possibilidade de tentar recuperar o tempo perdido. Nesse sentido, as colaboradoras foram unânimes ao responderem que pretendem continuar os estudos.

Outro ponto destacado por algumas mulheres diz respeito ao tempo, sendo elas: Dandara (40 anos), Nina Simone (32 anos), Doret (32 anos), Benedita da Silva (anos), Zilda Arns (anos), Chica da Silva (19 anos) e Maria Quitéria (anos) que respondera: “*Com o PBF tive mais tempo para estudar*”. Nos contextos de vida dessas pessoas, o tempo não está dissociado do financeiro, uma vez que a falta de tempo para estudar devido às atribuições da vida no lar é fator que contribui para o afastamento delas da sala de aulas.

Algumas dessas responderam que pararam de estudar porque precisaram trabalhar ou porque casaram e tiveram filhos(as). Essas motivações têm a ver com tempo e com sua

situação econômica também. O fato de as mulheres escolherem a opção que diz que o PBF proporcionou tempo para estudar, mesmo não tendo optado por marcar as opções que fala diretamente da questão financeira, indica que o dinheiro do BF colaborou para esse retorno.

No tocante à autonomia, a maioria das colaboradoras marcou que sim, que a autonomia contribui diretamente com o retorno à sala de aula. Não se sabe como as mulheres compreendem o conceito de autonomia, mas diante das respostas é perceptível que elas veem a autonomia na perspectiva econômica e na liberdade de compra. O manusear o próprio dinheiro contribui para o exercício da autonomia (FERREIRA, 2021).

Em relação à qualidade de vida, as respostas foram divididas. Nelas 07 mulheres disseram que suas vidas “*melhoraram bastante*”, outras 05 falaram que “*melhorou um pouco*”, outras 05 de disseram que essa melhora que “*melhorou mais o menos*” e 02 não quiseram responder. Analisar-se-á primeiro as respostas das mulheres que marcaram que o PBF “*melhorou bastante*”, ambas também marcaram que bolsa família proporcionou autonomia, ou seja, não se tem como saber a proporção dessa melhora, mas ela é percebida por essas mulheres.

Já entre as mulheres que responderam “*mais ou menos*”, “*um pouco*” em relação à qualidade de vida, viu-se que a maioria disse que o PBF proporcionou autonomia. Sendo assim, para essas mulheres autonomia e qualidade de vida não estão equiparadas, são sentidas de formas diferentes. Para Kerstenetzky (2013), qualidade de vida está relacionado ao bem-estar do indivíduo, como ter acesso a serviços de qualidade, moradia digna, oportunidades iguais etc. Todavia, no país marcado pela desigualdade social, só a renda oriunda de um programa social não é suficiente para garantir esse bem-estar. Isso só será possível se o Estado cumprir com seu papel, oferecendo serviços universais de qualidade, podendo assim transformar a vida das pessoas. Desta forma, ter uma autonomia econômica não quer dizer que se tem uma qualidade de vida. (FERREIRA, 2012).

Nessa linha argumentativa, Santos (2009), Rêgo e Pinzani (2014) fazem uma reflexão acerca do conceito de pobreza que tem tudo a ver com o bem-estar, visto que a pobreza não pode ser compreendida apenas pela perspectiva da renda. O indivíduo pode não ter uma renda boa, mas pode ter acesso à saúde, educação moradia de qualidade e de vida, por exemplo, ele(a) não seria necessariamente pobre e do contrario pode ter uma certa renda e não ter acesso a esses serviços básicos, o que pode deixá-lo(a) numa situação de pobreza. Portanto, é preciso compreender a pobreza como um fator político, ou seja, o estado é o responsável por oferecer esses serviços de qualidade ao indivíduo e só assim promoverá a qualidade de vida de seu povo. (SANTOS, 2009).

Pensar na situação dessas mulheres, mesmo com as condicionalidades do PBF que tenta garantir acesso e permanência dos(as) filhos(as) na escola, acompanhamento da família pela saúde e demais serviços sociais, é refletir também sobre o fato de que nem sempre esses serviços são ofertados de fato. Quando são não é de qualidade e não se pode deixar de mencionar os valores que elas recebem do PBF que ainda são insuficientes. No caso das nossas colaboradoras, a maioria recebem menos ou até R\$ 300,00 que serão utilizado nos gastos essenciais de sobrevivência minimante digna. São as realidades vividas por Zilda Arns, Elza Soares, Clarice Lispector e Anita Garibaldi.

Mesmo com todas as condicionalidades e requisitos necessários para ser beneficiária do Programa Bolsa Família, fica evidente que este tem sim muito significado na vida das mulheres e que eles vão além do aspecto financeiro, pois além de garantir a subsistência das mulheres e de sua família, está oferecendo condições para o desenvolvimento de uma autonomia (em maior ou menor grau).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que apresentou como tema *Impacto do Programa Bolsa Família na vida de mulheres estudantes da EJA na cidade de Lagoa de Dentro-PB* teve como objetivo analisar o impacto do PBF na vida das estudantes da EJA. Na mesma, buscou-se identificar se este programa contribuiu para o retorno destas à escola, como também se está promovendo autonomia e liberdade de escolha, bem como as submissões.

Diante do estudo sobre o tema e as informações coletadas na pesquisa, percebe-se que o PBF tem causado impactos significativos na vida das estudantes colaboradoras. Também tem contribuído para o retorno destas a sala de aula, além de promover certa autonomia financeira. Mesmo sendo um valor ainda insuficiente para a manutenção de suas famílias, tem sido importante para o retorno dessas mulheres à sala de aula, se constituindo como um elemento de fundamental importância na sobrevivência destas e de sua família.

Em relação à equidade de gênero, tomando como referência as pesquisas bibliográficas e de campo apresentadas neste trabalho, não se pode afirmar que o PBF está promovendo igualdade de gênero. No entanto, não se desconsidera que esse programa está promovendo algumas mudanças na relação patriarcal, contribuindo para a inversão de papéis como o sustento da família, tradicionalmente atribuído aos homens.

No entanto, mesmo não constando na legislação do PBF que a titularidade deve ser atribuída preferencialmente às mulheres e tem como objetivo promover equidade de gênero, não se deve deixar de atribuir a crítica em relação a esse ponto. Assim, diante da dimensão do programa, fica evidente que este pode fazer mais em relação à desigualdade de gênero do que só atribuir a titularidade às mulheres. No entanto, mesmo sendo significativo, não é suficiente. Para isso é necessário que essa titularidade seja atrelada a outras políticas públicas que de fato promovam oportunidades igualitárias entre homens e mulheres.

Como se viu neste trabalho, o objetivo do PBF é reduzir a pobreza e interromper seu ciclo intergeracional que afeta milhares de famílias nesse país. Para isso, busca promover a essas famílias o acesso ao básico, como alimentação e, por meios das condicionalidades, o acesso à educação, saúde, assistência social. Mesmo que de forma ainda simplificada, este programa tem cumprido com seu papel, provendo recursos básicos para a sobrevivência familiar, bem como a diminuição da extrema pobreza no Brasil.

Infelizmente, o povo brasileiro vem perdendo suas conquistas no campo da democracia e no conteúdo social das políticas públicas de enfrentamento a pobreza desde o

golpe político que resultou na cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff em 2016, ganhando força com a eleição presidencial em 2018. O que se está vendo é um projeto de nação pautado em políticas excludentes, uma campanha agressiva contra os movimentos sociais, contra a ciência e educação e a desconstitucionalização dos direitos e conquistas. O PBF tem sido alvo de ataques constantemente, principalmente entre os políticos ultraconservadores de direita, por uma elite equivocada e, também, por parte da classe média e defensores da privatização dos setores públicos que acusam o programa de “cabide eleitoral”, de que “só serve para as mulheres fazerem filhos” e que “forma preguiçosos”.

Essas acusações são compactuadas pelo atual presidente da República que tem ameaçado por diversas vezes acabar com PBF, alegando, sem provas, que no PBF existe fraude, “que tem muita gente no programa que não deveria estar”, “que ninguém quer mais trabalhar depois do programa e “que o governo não tem condições de manter essa despesa”. Esses discursos tentam enfraquecer o Programa diante da opinião pública, justificar seu cancelamento e diminuir as despesas públicas às custas da população carente. Enfrenta-se uma grande crise sanitária e social provocada pela pandemia da Covid-19, além do desafio de se manter saudáveis e atentos aos desmandos de um governo negacionista, lutando, assim, por um projeto político inclusivo onde a cidadania e sua diversidade de expressões sejam respeitadas.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A Naturalização da Pobreza: Reflexões Sobre a Formação do Pensamento Social. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 24, n. 3, p. 536-546, set./dez. 2012.

ALECRIM, E. dos S.; MOTA, A. A. S. Inquietações Sobre as Discussões de Gênero no Plano Municipal de Educação de Palmas – TO. **Revista Espaço e Tempo Midiáticos**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 149-165, jul./dez. 2017.

ALMEIDA, J. S. de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5- 13. jan./abr. 2000.

ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Construção coletiva: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos**, 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família e relações de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais**. Brasília: IPEA, 2017 (Texto de Discussão no Prelo). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2331.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BICHIR, R. A história do Bolsa Família. Políticas Públicas. **Nexo**. 06 Ago. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-hist%C3%B3ria-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BOIADJIAN, A. C. P. B. **Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil**. 2009. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, p. 20, set. 2004.

BRASIL. IBGE. **Estatística de gênero Indicadores Sociais das mulheres no Brasil**, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. IBGE. Cidades Estados, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/lagoa-de-dentro.html>. Acesso em: 29 de maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) /Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG. 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB 11/2000.** In: CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação de Jovens e Adultos. Disponível: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf, acesso em 31 de maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania e a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Relatórios de Informações Sociais.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>. Acesso em: 05 maio 2020.

CAMPELLO, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

CARLOTO, C. M. Condicionalidades nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 188, n. 2, p. 121-130, 2012.

CHAVEIRO, C. B. A., XIMENES, D. de A. Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a Universalização da Educação Básica no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, WWP., 2013.

DI PIERRO, M. C. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc. [online]**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

FEITOSA, S. C. S. A educação de Jovens e Adultos como possibilidade de libertação do Oprimido. In: PADILHA, P. R. (Org.). **Caderno de Formação: Como Alfabetizar com Paulo Freire.** São Paulo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, V. da S. **O impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres de Santiago do Iguape: Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA / Valdeci da Silva Ferreira.** – Cachoeira, 2012. 86 f.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000^a.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GADOTTI, M. Educação Popular e Educação ao Longo da Vida. In: PADILHA, P. R. (Org.). **Caderno de Formação: Como Alfabetizar com Paulo Freire.** São Paulo, 2019.

GOMES, S. S. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 69-81, 2011.

KERSTENETZKY, C. L. **Redistribuição e Desenvolvimento?** A Economia Política do Programa Bolsa Família, 2009. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/218/21817688002.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero. **Revista Latino-Americana de População**, v. 6, n. 10, p13, jan./abr. 2000. 31-54, jun. 2012. Disponível em:
<http://revistarelap.com/index.php/relap/article/view/120/141>. Acesso em: 06 mar. 2021.

MACIEL, J. J. O Método Paulo Freire: Origens Históricas, Influências Teóricas e Aspectos Metodológicos. In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 15., 2017, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017, p. 21832-21841.

MARQUES, R. M. **A proteção Social e do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. C. de O. Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 375-400, 2016.

PAES, H. L.; MELO, C. C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 312-329, mar./abr. 2017.

PAIVA, J.; MACHADO, M. M.; IRELAND, T. **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. Ministério da Educação: UNESCO. Brasília, 2007.

PALÁCIOS, K. C. M.; REIS, M. das G. F. de A. dos; GONÇALVES, J. P. A mulher e a educação escolar: um recorte da EJA na atualidade. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 104-121, set./dez. 2017.

PASSOS, L. Gênero dimensão contemplada no Bolsa Família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 83-99, jan./jul. 2017. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/23471>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PINI, F. R. de O. Educação em Direitos Humanos e alfabetização. In: PADILHA, P. R. (Org.). **Caderno de Formação**: Como Alfabetizar com Paulo Freire. São Paulo, 2019.

RÊGO, W. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa bolsa família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família**: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, WWP.P. 2013.

RÊGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REIS, T., EGGERT, E. Ideologia de Gênero: Uma Falácia Construída sobre os Planos De Educação Brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Josilene Rodrigues da. **Um olhar de gênero para os processos educativos de empoderamento de mulheres no exercício da presidência de assentamentos rurais de Bananeiras- PB**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. (organizador). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

SIQUEIRA, L. A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 240-252, jan./jun. 2014.

SOUZA, P. H. G. F. de S.; OSORIO, R. G; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos (2001-2017)**. Brasília: Ipea, 2019. (Comunicado Ipea, n. 2499). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

APÊNDICE A- Carta de apresentação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Carta de apresentação referente ao questionário que será aplicado ao senhor (a) aluno (a) da EJA

Eu, Cristiane do Nascimento Martins, aluna do curso de Pedagogia, turno noite, promovido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus III Guarabira-PB) venho, por meio desta, que por gentileza o senhor (a) possa responder esse questionário abaixo referente a uma pesquisa qualitativa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema **IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE MULHERES ESTUDANTES DA EJA**: Experiência de uma escola na cidade de Lagoa de Dentro-PB, orientado pela professora Josilene Rodrigues da Silva.

Desde já, agradeço pela colaboração!

Atenciosamente

Cristiane do Nascimento Martins

APÊNDICE B- TCLE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Esta pesquisa é sobre **IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE MULHERES ESTUDANTES DA EJA**: Experiência de uma escola na cidade de Lagoa de Dentro-PB e está sendo desenvolvida por **Cristiane do Nascimento Martins**, aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da **Prof. Ms. Josilene Rodrigues da Silva**.

Tem por objetivo geral analisar a relevância do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), das séries iniciais e finais, do ensino fundamental II.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Diante da crise Sanitária Mundial causada pelo novo Coronavírus que já ceifou centenas de milhares de vidas no mundo e tem afetado o Brasil duramente, matando mais trezentos mil pessoas e priorizando o bem-estar das colaboradoras e também desta pesquisadora, a aplicação do questionário seguirá as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) que recomenda o distanciamento social, o uso de máscara, luvas, álcool em gel, viseira protetora etc. As dúvidas sobre esse questionário serão tiradas por meio do telefone celular que se encontra abaixo.

Solicitamos a sua colaboração para responder um questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por

ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Endereço da Pesquisadora Responsável:
Cristiane do nascimento Martins
Lagoa de Dentro- PB. CEP: 58250-000
Contatos: (83) 991896176
E-mail: cristiane.martins@aluno.uepb.edu.br

APÊNDICE C- Instrumento de Pesquisa



Questionário para alunas da EJA beneficiaras do Programa Bolsa Família

Perfil das mulheres colaboradoras
--

1- **Nome(opcional):**

2- **Idade:**_____

3- **Sexo:** ()Feminino () Masculino

4- **Cor/etnia:**

() Preta () Branca () Parda () Amarela () Indígena () Outra(...)

5- **Estado civil:**

() Solteira () Casada () União estável () Outro

6- **Você tem filhos (as)?**

7- () Sim () Não

8- **Se a resposta for sim, quantos filhos você tem?**

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () mais

9- **Qual sua Religião?**

() Católica

() Protestante

() Espírita

() Judaica

() Islâmica

() Umbanda

() Candomblé

() Ateia (Não tem religião)

() Outra

10- Você mora na:

Zona rural Zona urbana

11- Mora em casa:

Alugada Própria Empréstada Outros

12- Quantas pessoas moram com você?

1 2 3 4 5 6 7 mais

Sobre escolaridade

13- Qual série/ano que cursa?

Alfabetização

Ensino Fundamental I (série iniciais - corresponde do 1º ao a 5º ano)

Ensino Fundamental II (série finais- corresponde do 6º ao 9º ano)

14- Qual o motivo o levou a afastar-se da escola?

Ajudar nas tarefas de casa

Precisou trabalhar

Falta de vaga na escola

Dificuldade para aprender os conteúdos da escola

Por motivo de doença

Porque casou

O marido não deixava estudar

Porque teve filhos

Porque morava longe da escola

Meu pai não me deixava estudar

Eu não gostava de estudar

() Outros

15- Quantos anos você ficou afastada da escola?

1 a 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos 16 a 20 anos 21 a 25 anos 26 a 30

31 a 35 36 a 40 41 a 45 46 a 50 mais anos

16- O Programa Bolsa Família contribuiu para o seu retorno à sala de aula?

Sim Não

17- Se respondeu sim. Qual foi a contribuição?

Com o Programa Bolsa Família tive mais tempo para estudar

- O Programa Bolsa Família deu-me condições financeiras para estudar
- O Programa Bolsa Família tornou-me independente financeiramente, e possibilitou autonomia, podendo escolher voltar para escola.
- Foi por causa da frequência escolar, se não estudar perco o benefício

18- Você pensa em continuar os estudos?

- sim Não

Em relação à renda familiar

19- Quem é responsável pelo sustento da sua casa?

- Você Avó Companheiro Filho Enteadado
- Pai/mãe Outro parente Outros

20- Você recebe Bolsa Família?

- Sim Não

21- Qual o valor que você recebe por mês?

- R\$ 41,00 a R\$ 82, 00
- R\$ 83, 00 a R\$ 96,00
- R\$ 97,00 a R\$ 200,00
- R\$ 201, 00 a R\$ 300,00
- R\$ 301,00 a R\$ 400,00
- R\$ 401,00 a R\$ 500,00
- R\$ 501,00 a R\$ 600,00
- mais

22- A quanto tempo você recebe o Bolsa Família?

- 1 a 5 anos 6 a 10 anos mais

23- Quantas pessoas dependem do valor que você recebe?

- 1 a 2 3 a 4 5 a 6 mais

24- O Programa Bolsa Família é a única renda da casa?

- Sim Não

25- Se sua resposta for Não: Algum membro da família trabalha?

- Sim Não

26- Quantos?

- 1 a 2 3 a 4 mais

27- Se a resposta for trabalha: como é este trabalho?

- Carteira assinada

- Empregada doméstica
- Autônomo/bico
- Dona de casa
- Trabalho informal
- Na agricultura
- Outro

28- Como você utiliza o dinheiro do bolsa família? (Pode marcar mais de uma opção)

- Com alimentação
- Com remédios
- Com vestimentas (roupas, peças íntimas, sapatos etc.)
- Com maquiagem (batom, base, Rímel, Blush, etc.)
- Com produtos de higiene
- Comprar material escolar
- Com mobília (sofá, cama, mesa, armário etc.)
- Com eletroeletrônico (geladeira, TV, liquidificador, aparelho de som, celular, etc.)
- Com lazer
- Outros

29- O programa Bolsa Família proporcionou-lhe autônima?

- sim não

30- O programa Bolsa Família melhorou a sua qualidade de vida?

- um pouco mais o menos bastante